

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXV

FLORIANÓPOLIS, 12 DE MAIO DE 2016

NÚMERO 6.992

MESA

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Aldo Schneider
1º VICE-PRESIDENTE

Leonel Pavan
2º VICE-PRESIDENTE

Valmir Comin
1º SECRETÁRIO

Pe. Pedro Baldissera
2º SECRETÁRIO

Dirce Heiderscheidt
3º SECRETÁRIO

Mário Marcondes
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Silvio Dreveck

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Valdir Cobalchini

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
Líder: Jean Kuhlmann

**BLOCO SOCIAL PROGRESSISTA
(PSDB E PP)**
Líder: José Milton Scheffer

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Luciane Carminatti

**BLOCO FRENTE RENOVACÃO
(PR E PSB)**
Líder: Cleiton Salvaro

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
Líder: César Valduga

PARTIDO SOCIAL CRISTÃO
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Rodrigo Minotto

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Mauro de Nadal - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
José Nei Alberton Ascari
Ricardo Guidi
Narcizo Parisotto
João Amin
Marcos Vieira
Valdir Cobalchini
Luciane Carminatti

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

João Amin - Presidente
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente
Darci de Matos
Cleiton Salvaro
Manoel Mota
Luciane Carminatti
Cesar Valduga

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Neodi Saretta - Presidente
Patrício Destro - Vice-Presidente
Maurício Eskudlark
José Milton Scheffer
Dalmo Claro
Luiz Fernando Vampiro
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Serafim Venzon - Presidente
Rodrigo Minotto - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Natalino Lázare
Manoel Mota
Fernando Coruja
Dirceu Dresch

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

José Nei Alberton Ascari - Presidente
Gean Loureiro - Vice-Presidente
Cleiton Salvaro
Narcizo Parisotto
Serafim Venzon
Luiz Fernando Vampiro
Luciane Carminatti

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Rodrigo Minotto - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Ricardo Guidi
Silvio Dreveck
Antonio Aguiar
Valdir Cobalchini

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Gabriel Ribeiro
Patrício Destro
Rodrigo Minotto
José Milton Scheffer
Antonio Aguiar
Gean Loureiro
Dirceu Dresch

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Natalino Lázare - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Gabriel Ribeiro
Cesar Valduga
Mauro de Nadal
Manoel Mota
Dirceu Dresch

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Silvio Dreveck - Presidente
Cleiton Salvaro - Vice-Presidente
Darci de Matos
Rodrigo Minotto
Luiz Fernando Vampiro
Gean Loureiro
Dirceu Dresch

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Gean Loureiro - Presidente
Ricardo Guidi - Vice-Presidente
Gabriel Ribeiro
Cesar Valduga
João Amin
Neodi Saretta
Dalmo Claro

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Dirceu Dresch - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Natalino Lázare
Marcos Vieira
Dalmo Claro
Luiz Fernando Vampiro

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Kennedy Nunes - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Ricardo Guidi
João Amin
Antonio Aguiar
Fernando Coruja
Ana Paula Lima

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Romildo Titon - Presidente
Maurício Eskudlark - Vice-Presidente
Ricardo Guidi
João Amin
Antonio Aguiar
Ana Paula Lima
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Antonio Aguiar - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Gabriel Ribeiro
Natalino Lázare
Rodrigo Minotto
Serafim Venzon
Gean Loureiro

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Cesar Valduga - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
José Nei Alberton Ascari
Patrício Destro
Romildo Titon
Manoel Mota
Neodi Saretta

COMISSÃO DE SAÚDE

Ana Paula Lima - Presidente
Doutor Vicente - Vice-Presidente
Cleiton Salvaro
Cesar Valduga
José Milton Scheffer
Fernando Coruja
Dalmo Claro

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Patrício Destro - Presidente
Ana Paula Lima - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Doutor Vicente
Fernando Coruja
Romildo Titon
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Doutor Vicente - Presidente
Ricardo Guidi - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Luiz Fernando Vampiro
Romildo Titon
Neodi Saretta
Cesar Valduga

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente
Natalino Lázare
Doutor Vicente
Dalmo Claro
Fernando Coruja
Ana Paula Lima

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela revisão dos documentos digitados, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Roger Luiz Siewerdt</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Carla Silvanira Bohn</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXV NESTA EDIÇÃO: 20 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 040ª Sessão Ordinária realizada em 10/05/2016..... 2</p> <p>Atos da Mesa Atos da Mesa 5</p> <p>Publicações Diversas Audiência Pública..... 7 Atas de Comissões Permanentes..... 16 Ofícios..... 18 Portarias..... 18 Projeto de Lei Complementar... 19 Redações Finais 20</p>
--	---	--

P L E N Á R I O

ATA DA 040ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 10 DE MAIO DE 2016

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Darci de Matos - Deka May - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gean Loureiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascarí - Leonel Pavan - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mário Marcondes - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Nilso Berlanda - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Rodrigo Minotto - Romildo Títon - Serafim Venzon - Silvío Dreveck - Valdir Cocalchini.

PRESIDÊNCIA - Deputados:

Gelson Merisio

Aldo Schneider

Leonel Pavan

Padre Pedro Baldissera

DEPUTADO GELSON MERISIO

(Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos srs. deputados.

Breves Comunicações

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK

(Orador) - Comenta a situação do Sistema Prisional e do Sistema Socioeducativo, cujos

projetos estão sendo discutidos. Saliencia o empenho do deputado Mauro de Nadal, na comissão de Constituição e Justiça, em analisar o projeto dos agentes prisionais e técnicos, reconhecendo a importância da categoria para a paz pública e esperando que não seja necessária a mobilização do sindicato para que tal projeto seja aprovado.

Faz referência à situação do antigo São Lucas, o Case, considerando que o líder deveria sensibilizar o governo para regularizar a situação providenciando a recontração por mais um ano dos agentes que estão prestando serviço e, em seguida, realizar novo concurso, resolvendo o problema.

Deputado Mauro de Nadal (Aparteante) - Declara que está tentando aperfeiçoar o projeto para contemplar os técnicos e os assistentes administrativos, esclarecendo que a tramitação da matéria foi suspensa para mais uma conversa com o governo com objetivo de incluir a categoria no processo.

Deputada Luciane Carminatti (Aparteante) - Em relação ao projeto do Sistema Prisional e Sistema Socioeducativo, entende que o conteúdo original do projeto de lei está praticamente garantido, necessitando tramitar nas comissões e ser votado em plenário, acrescentando que acredita na possibilidade de inclusão dos técnicos administrativos.

Deputado Natalino Lázare (Aparteante) - Concorde com os encaminhamentos apresentados, enfatizando que o caminho é o diálogo da Assembleia com o governo para finalizar tal celeuma.

Deputado Nilson Berlanda (Aparteante) - Declara conhecer bem a função dos agentes prisionais, considerando ser de grande importância a aprovação do referido projeto. Declara-se favorável a aprovação do projeto na íntegra.

DEPUTADO LEONEL PAVAN (Presidente) - Suspende a sessão por até dez minutos para que possa usar a tribuna o sr. Antônio dos Santos, deputado estadual do Sergipe, com o objetivo de divulgar a 20ª Conferência Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais, que ocorrerá entre os dias 1º e 3 de junho. [Taquígrafa: Sara]

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Presidente) - Reabre a sessão e dá início ao horário destinado às Breves Comunicações.

DEPUTADO LEONEL PAVAN (Orador) - Relata ter participado do 4º Beto Carrero Meeting, um encontro de lideranças do trade turístico de Santa Catarina, durante o qual abordou os seguintes temas: a falta de investimentos na área do turismo por parte da secretaria estadual de Turismo; a evolução das obras do Centro de Eventos de Camboriú,

embora não tenha visto qualquer reserva de eventos; e a falta de iluminação e sinalização da rodovia de acesso ao Parque Beto Carrero. Faz menção ao projeto, de sua autoria, que dispõe sobre a obrigatoriedade da presença de um guia de turismo em excursões realizadas no estado de Santa Catarina.

Deputado Natalino Lázare (Apareante) - Parabeniza o deputado pela sua visão no que se refere ao turismo catarinense, entendendo que se faz necessária uma visita do secretário estadual do Turismo ao Parlamento para falar sobre o planejamento do turismo no estado.

Deputado Maurício Eskudlark (Apareante) - Solicita o empenho do Deinfra no trato da rodovia de acesso ao Parque Beto Carrero. [Taquígrafa: Cristiany]

Partidos Políticos

Partido: PT

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI (Oradora) - Faz menção a IV Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, com o tema Mais Direitos, Participação e Poder às Mulheres Brasileiras, que está acontecendo na presente semana, sendo que na abertura foi feito um breve histórico das edições anteriores e evidenciados os avanços expressivos e as garantias de direitos da mulher na legislação. [Taquígrafa: Maria Aparecida]

Partido: PR

DEPUTADO NILSO BERLANDA (Orador) - Tece considerações sobre o ex-governador Luiz Henrique da Silveira, destacando que foi secretário Regional na sua gestão, quando secretarias funcionavam de forma diferente, já que as reuniões do conselho eram com os prefeitos e vereadores. Lembra que faz um ano da morte, na presente data, do melhor governador que Santa Catarina já teve.

Deputado Leonel Pavan (Apareante) - Enaltece o pronunciamento do deputado, relembando as conquistas e a evolução social e econômica de Santa Catarina durante o governo de Luiz Henrique da Silveira.

Deputado Natalino Lázare (Apareante) - Corroborar as palavras do deputado, que faz uma belíssima homenagem ao ex-governador Luiz Henrique da Silveira. [Taquígrafa: Salete]

Partido: PMDB

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI (Orador) - Acredita que a Assembleia Legislativa precisa estabelecer diálogo com os agentes socioeducativos, somando-se aos esforços do deputado Mário Marcondes à causa dos funcionários, esperando encontrar uma solução.

Faz referência ao aniversário de falecimento de um ano do ex-governador Luiz Henrique da Silveira, que foi um homem à frente do seu tempo e que foi o responsável pelo melhor governo que o estado já teve, trazendo evolução à política e a proporcionando desenvolvimento ao estado de Santa Catarina.

Deputado Maurício Eskudlark (Apareante) - Parabeniza o deputado pelo pronunciamento, dizendo que houve grandes avanços na Segurança Pública durante o governo de Luiz Henrique da Silveira, que foi um dos maiores políticos do estado. [Taquígrafa: Ana Maria]

Partido: PSDB

DEPUTADO LEONEL PAVAN (Orador) - Menciona a decisão de Waldir Maranhão ao anular a sessão que decidiu pelo encaminhamento do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, condenando tal atitude que acarretou em prejuízo da imagem do país no cenário internacional. [Taquígrafa: Rubia]

Partido: PSDB

DEPUTADO MÁRIO MARCONDES (Orador) - Reporta-se ao problema do término do contrato dos agentes terceirizados do Case da Grande Florianópolis, pedindo veementemente uma solução para o impasse e chamando a atenção para a determinação judicial para que seja feito concurso público.

Destaca que o repasse mensal financeiro para o custeio da referida entidade está bloqueado há dois meses, questionando que ao tentar corrigir um problema estão cometendo outra infração em relação aos agentes do quadro efetivo. Enfatiza que o Ministério Público de São José deseja chegar a um denominador comum via Procuradoria-Geral do Estado na prorrogação do referido contrato.

Menciona que faltou respeito por parte do governo estadual ao deixar para o último dia a busca de uma alternativa para o fim de tal impasse.

Deputado Luiz Fernando Vampiro (Apareante) - Corroborar com a fala do deputado, colocando-se à disposição.

Deputada Luciane Carminatti (Apareante) - Ratifica as palavras do deputado e coloca a bancada do PT à disposição.

Deputado Maurício Eskudlark (Apareante) - Parabeniza o deputado pelo tema abordado e diz estar junto na luta.

Deputado Deka May (Apareante) - Reafirma seu compromisso, pedindo a solidariedade dos pares para que seja resolvida tal situação.

Deputado Valdir Cobalchini (Apareante) - Manifesta seu apoio e salienta que bancada do PMDB buscará uma solução para o impasse. [Taquígrafa: Sílvia]

Ordem do Dia

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Dá início à Ordem do Dia, relatada na íntegra.

Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0537/2015, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que institui o Dia Estadual do Assistente Técnico Pedagógico, no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0032/2016, de autoria do deputado Valdir Cobalchini, que denomina Valdir Ruschel o trecho da Rodovia SC-355, entre o município de Iomerê e o município de Treze Tilias.

Ao projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, e de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Deputado Valdir Cobalchini - Peço a palavra, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra, o sr. deputado

Valdir Cobalchini, para encaminhamento de votação.

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Sr. presidente, aqueles que não conhecem o homenageado, gostaria de dizer que se trata do então secretário do Desenvolvimento Regional, em Videira, um jovem com futuro promissor que perdeu a sua vida quando retornava a Videira, e era um dos lutadores pela pavimentação daquela rodovia. E agora, deputado Natalino Lázare - v.exa. que foi secretário regional na mesma época em que fui secretário da Casa Civil e fizemos uma parceria para a execução do projeto -, vemos com muita alegria que este trecho tem o andamento com a pavimentação. Acredito que este ano esta obra estará concluída, e é muito justo que esta Casa homenageie um grande amigo, um grande lutador que, infelizmente, nos deixou prematuramente, o amigo Valdir Ruschel.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Está em votação o Projeto de Lei n. 0032.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0570/2015, de autoria do deputado Gabriel Ribeiro, que institui o Dia Estadual do Laçador, no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Deputado Gabriel Ribeiro - Peço a palavra, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra, o sr. deputado Gabriel Ribeiro, para encaminhamento de votação.

DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO - Sr. presidente, no dia 18 de maio de 1973 foi fundado em Santa Catarina o Movimento Tradicionalista Catarinense. Tal movimento, ao longo do tempo, passou a ser denominado Movimento Tradicionalista Gaúcho - MTG -, que hoje conta com mais de 700 CTGs em Santa Catarina, e 2.500 piquetes. A data representa uma homenagem à fundação do MTG em Santa Catarina, e o fortalecimento da nossa tradição, da nossa cultura, da nossa história, dos laçadores, dos torneios de laço, da atividade campeira, ainda mais agora, sr. presidente, com a decisão do secretário da Agricultura, Moacir Sopelsa, de prorrogar o prazo para o exame do Mormo em Santa Catarina. O MTG, como os CTGs, estavam tendo dificuldade para fazer o exame dentro do prazo de 60 dias, pelo custo do exame, e agora, com a prorrogação do prazo para 180 dias, como foi publicado no último dia 06, no *Diário Oficial*, nós poderemos retornar à atividade dos torneios em Santa Catarina, como também das cavalgadas e todas as atividades do campo.

É uma grande vitória, e o dia de hoje, com a votação do projeto de lei que institui o dia 18 de maio o Dia do Laçador em Santa Catarina, teremos marcada no estado uma data importante para uma das atividades que mais representa o povo catarinense.

Era isso, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Em votação.
Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovado.
Pedido de Informação n. 0079/2016, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviado à secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contras as Mulheres, solicitando informações acerca dos convênios com o governo do estado de Santa Catarina.
Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.
Em votação.
Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovado.
Pedido de Informação n. 0080/2016, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviado ao governador do estado e à Coordenadoria Estadual da Mulher, solicitando informações acerca das unidades móveis para prevenção da violência contra a mulher da área rural.
Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.
Em votação.
Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovado.
Moção n. 0070/2016, de autoria do deputado Ismael dos Santos, a ser enviada ao presidente da Companhia Urbanizadora de Blumenau, manifestando aplauso pelos 45 anos de funcionamento.
Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.
Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovada.
Moção n. 0071/2016, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviada ao governador do estado, manifestando repúdio pelos atrasos nos repasses de recursos ao Hospital Dr. Jessor Amarante Faria, de Joinville.
Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.
Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovada.
Moção n. 0072/2016, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviada ao governador do estado e ao comandante-geral da Polícia Militar, manifestando repúdio à agressão sofrida pela servidora enfermeira Simone Bihain Hagemann nas dependências da secretaria da Saúde, e solicita investigação.
Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.
Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovada. [Taquígrafa: Sara]
Moção n. 0073/2016, de autoria do deputado Maurício Eskudlark, a ser enviada ao desembargador José Antônio Torres Marques, apelando para a criação e instalação da 4ª Vara na comarca de São Miguel d'Oeste.
Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.
Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovada.
Moção n. 0074/2016, de autoria do deputado Dr. Vicente Caropreso, a ser enviada ao jornal Correio do Povo, de Jaraguá do Sul, manifestando aplauso pelo reconhecimento ao papel de destaque no desenvolvimento e aprimoramento da sociedade, bem como seu compromisso com a informação de qualidade.
Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.
Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovada.
Moção n. 0075/2016, de autoria da deputada Luciane Carminatti, a ser enviada a presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados e aos parlamentares de Santa Catarina, questionando a morosidade acerca do processo aberto contra o deputado Eduardo Cunha.
Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.
Em votação.
Deputada Luciane Carminatti - Peço a palavra, sr. presidente, para encaminhamento de votação.
DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra a deputada Luciane Carminatti, pela ordem, para encaminhamento de votação.
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero apenas registrar a importância desta moção na medida em que já fazem 190 dias, tomando-se o processo mais longo da história do Parlamento Brasileiro, mais de seis meses, que não vemos esse processo tramitar na Comissão de Ética. Fizemos esta moção em nome das lideranças, sendo que o PT, o PDT, o PMDB e o PR já assinaram. E convido os demais líderes dos partidos a assinarem esta moção para que a Câmara dos Deputados, de fato, consiga dar condições de tramitação ao processo de cassação do deputado Eduardo Cunha.
DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovada.
Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0502/2016 e 0506/2016, de autoria do

deputado Natalino Lázare; 0503/2016 e 0504/2016, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0505/2016, de autoria do deputado Mauro de Nadal; 0507/2016, de autoria do deputado Gabriel Ribeiro; 0508/2016, de autoria do deputado Luiz Fernando Vampiro; 0509/2016, 0510/2016, 0511/2011, 0512/2016 e 0513/2016, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 0514/2016, de autoria da deputada Luciane Carminatti; 0515/2016, 0516/2016, 0517/2016, 0518/2016 e 0519/2016, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0520/2016, de autoria do deputado Neodi Saretta; e 0521/2016, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera.

Comunica, também, que será enviada aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0206/2016, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt; 0207/2016 e 0209/2016, de autoria do deputado Valdir Cobalchini; 0208/2016, de autoria do deputado Darci de Matos; e 0210/2016, de autoria do deputado Maurício Eskudlark.

Finda a pauta da Ordem do Dia.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Suspende a sessão por dez minutos para que o sr. Élio de Devigilli, presidente da Comissão Central Organizadora da Festa do Leite, manifeste-se sobre o evento que ocorrerá em Presidente Getúlio, em comemoração ao aniversário de 112 anos do município. [Taquígrafa: Cristiany]

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Reabre a sessão e passa à Explicação Pessoal.

Explicação Pessoal

DEPUTADO DEKA MAY (Orador) - Faz a leitura e comenta alguns trechos do artigo escrito pelo secretário de Segurança, Cesar Grubba, que demonstra o seu sentimento de angústia, bem como de toda população, pelas dificuldades que o estado e o país vivem com relação à questão da Segurança Pública. [Taquígrafa: Maria Aparecida]

DEPUTADO CESAR VALDUGA (Orador) - Parabeniza os diretores e jogadores da Associação Chapecoense de Futebol pela bela campanha da chapa, que resultou na conquista do Campeonato Catarinense no último domingo, tornando-se o mais vitorioso time de futebol profissional do oeste catarinense.

Deputado Manoel Mota (Aparteante) - Cumprimenta o deputado pelo pronunciamento e parabeniza o time e diretoria da Chapecoense, destacando que, mesmo no Brasileiro, fez um papel muito bonito.

Deputado Deka May (Aparteante) - Corroboras as palavras e a forma como o deputado externa sua felicidade, acrescentando que a Chapecoense fez por merecer o título de campeão catarinense de futebol. [Taquígrafa: Salete]

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Não havendo mais oradores a fazer uso da palavra, encerra a sessão, convocando outra, ordinária, para o dia subsequente, às 10h, conforme calendário especial. [Revisão Final - Taquígrafa: Renata].

A T O S D A M E S A

A T O S D A M E S A

ATO DA MESA Nº 233, de 12 de maio de 2016

Altera o Ato da Mesa nº 114, de 2016, que "Concede Auxílio-Alimentação aos estagiários participantes do Programa Antonieta de Barros, instituído pela Lei nº 13.075, de 2004".

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no art. 4º, § 2º, inciso II, da Lei nº 13.075, de 29 de julho de 2004, com a redação dada pela Lei nº 16.837, de 16 de dezembro de 2015, e no parágrafo único do art. 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º O art. 2º do Ato da Mesa nº 114, de 8 de março de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º Os estagiários do Programa Antonieta de Barros ficam incluídos no Programa Auxílio-Alimentação, instituído pela Resolução nº 1.344, de 1º de outubro de 1993." (NR)

Art. 3º Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de abril de 2016.

Art. 4º Fica revogado o art. 3º do Ato da Mesa nº 114, de 8 de março de 2016.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputada Dirce Heiderscheidt - Secretária
Deputado Mario Marcondes - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 234, de 12 de maio de 2016

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

DISPENSAR a servidora **THAMIRIS RAPOSO SILVA LITRAN DOS SANTOS**, matrícula nº 7229, da função de Chefia de Seção - Escrituração e Geração de Relatórios, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de maio de 2016 (DF - Coordenadoria de Contabilidade).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputada Dirce Heiderscheidt - Secretária
Deputado Mario Marcondes - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 235, de 12 de maio de 2016

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002, de 11 de janeiro de 2006, e suas alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.*

NOMEAR THAMIRIS RAPOSO SILVA LITRAN DOS SANTOS, matrícula nº 7229, para exercer o cargo de provimento em comissão de Coordenador de Contabilidade, código PL/DAS-6, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1º de Maio de 2016 (DF - Coordenadoria de Contabilidade).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputada Dirce Heiderscheidt - Secretária
Deputado Mario Marcondes - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 236, de 12 de maio de 2016

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, com redação dada pela Resolução nº 009, de 19 de dezembro de 2013, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,*

DESIGNAR a servidora **FLAVIA MARIA CORDOVA CORREIA**, matrícula nº 7519, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Assessoria Técnica-Administrativa -

Expedição e Controle de Documentos, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de maio de 2016 (CGP - Secretaria Geral).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputada Dirce Heiderscheidt - Secretária
Deputado Mario Marcondes - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 237, de 12 de maio de 2016

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

DISPENSAR a servidora **RUBIA CARINE ESBROLIO**, matrícula nº 4343, da função de Assessoria técnica-administrativa - Revisor Taquigráfico, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de maio de 2016 (DL - Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputada Dirce Heiderscheidt - Secretária
Deputado Mario Marcondes - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 238, de 12 de maio de 2016

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, com redação dada pela Resolução nº 009, de 19 de dezembro de 2013, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,*

DESIGNAR a servidora **SILVIA REGINA SILVEIRA DA ROSA**, matrícula nº 4633, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Assessoria técnica-administrativa - Revisor Taquigráfico, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de maio de 2016 (DL - Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputada Dirce Heiderscheidt - Secretária
Deputado Mario Marcondes - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 239, de 12 de maio de 2016

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0615/2016,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 26 c/c art. 20 incisos II e IV da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 19 de dezembro de 2013, e observada a Resolução nº 002/2004, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,*

Art. 1º CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO à servidora **MARIA NAGIBA ZATTAR**, matrícula nº 4990, ocupante do cargo de Analista Legislativo III, código PL/ALE-58, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a:

10% (dez por cento) do valor da Função de Confiança, código PL/FC-3, que adicionado aos 80% (oitenta por cento) do valor da função de confiança, código PL/FC-3, concedidos pelos Atos da Mesa nº 666/2014 e nº 116/2016, totalizam 90% (noventa por cento);

Art. 2º Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia financeira a contar do Ato de dispensa da função de confiança, pois o benefício não é cumulativo.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputada Dirce Heiderscheidt - Secretária
Deputado Mario Marcondes - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 240, de 12 de maio de 2016

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 616/2016,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 26 c/c art. 20 incisos II e IV da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 19 de dezembro de 2013, e observada a Resolução nº 002/2004, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

Art. 1º CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO à servidora **RAQUEL BITTENCOURT TISCOSKI**, matrícula nº 1541, ocupante do cargo de Analista Legislativo II, código PL/ALE-49, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a:

a) 40%(quarenta por cento) do valor da função de confiança, código PL/FC-3, que adicionado aos 50% (cinquenta por cento) do valor da função de confiança, código PL/FC-3, concedido através do Ato da Mesa nº 210/2012, de 12/4/2012, totalizando 90% (noventa por cento).

Art. 2º Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia financeira a contar do Ato de dispensa da função de confiança, pois o benefício não é cumulativo.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputada Dirce Heiderscheidt - Secretária
Deputado Mario Marcondes - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 241, de 12 de maio de 2016

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0387/2016,

RESOLVE: com fundamento no art. 26 c/c art. 20 incisos II e IV da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 19 de dezembro de 2013, e observada a Resolução nº 002/2004, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

Art. 1º CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO à servidora **ANGELA APARECIDA BEZ**, matrícula nº 3072, ocupante do cargo de Analista Legislativo III, código PL/ALE-58, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a:

100% (cem por cento) da gratificação de exercício inerente ao cargo de coordenador, equivalente ao valor da função de confiança, código PL/FC-6, com base no art. 26, §§ 1º e 7º, da Resolução nº 002, de 2006, totalizando 100% (cem por cento).

Art. 2º Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia financeira a contar do Ato de exoneração do cargo em comissão, pois o benefício não é cumulativo.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputada Dirce Heiderscheidt - Secretária
Deputado Mario Marcondes - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 242, de 12 de maio de 2016

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0425/2016,

RESOLVE: de acordo com o artigo 90, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, com fulcro na redação dada pela Lei nº 7.373/88, e nos arts. 26 c/c art. 20 incisos II e IV da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 19 de dezembro de 2013, e observada a Resolução nº 002/2004, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

Art. 1º CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO à servidora **NICOLI MADEIRA**, matrícula nº 7227, ocupante do cargo de Analista Legislativo II, código PL/ALE-26, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a:

20% (vinte por cento) do valor da Função de Confiança, código PL/FC-3, totalizando 20% (vinte por cento).

Art. 2º Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia financeira a contar da dispensa da função de confiança, pois o benefício não é cumulativo.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputada Dirce Heiderscheidt - Secretária
Deputado Mario Marcondes - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 243, de 12 de maio de 2016

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0682/2016,

RESOLVE: com fundamento no art. 26 c/c art. 20 incisos II e IV da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 19 de dezembro de 2013, e observada a Resolução nº 002/2004,

Art. 1º CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO ao servidor **WASHINGTON LUIS MIGNONI**, matrícula nº 1551, ocupante do cargo de Analista Legislativo II, código PL/ALE-51, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a:

a) 20% (vinte por cento) do valor da função de confiança, código PL/FC-3, que adicionado aos 0,83%(zero vírgula oitenta e três por cento) da diferença do valor do vencimento do seu cargo efetivo e seu cargo em comissão, código PL/DAS-6; 0,83% (zero vírgula oitenta e três por cento) do valor da Função de Confiança, código PL/FC-5; e 68,34% (sessenta e oito vírgula trinta e quatro por cento) do valor da Função de Confiança, código PL/FC-3, concedido pelo Ato da Mesa nº 694/2014, de 2/10/2014, totalizam 90%(noventa por cento).

Art. 2º Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia financeira a contar do Ato de dispensa da função de confiança, pois o benefício não é cumulativo.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputada Dirce Heiderscheidt - Secretária
Deputado Mario Marcondes - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 244, de 12 de maio de 2016

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0548/2016,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 26 c/c art. 20 incisos II e IV da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 19 de dezembro de 2013, e observada a Resolução nº 002/2004, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

Art. 1º CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO à servidora **LIANE BOTH DE AZEVEDO**, matrícula nº 5213, ocupante do cargo de Analista Legislativo II, código PL/ALE-30, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a:

4,17% (quatro vírgula dezessete por cento) do valor da diferença entre o vencimento do cargo de provimento efetivo e o do cargo em comissão, código PL/DAS-6; 4,17% (quatro vírgula dezessete por cento) do valor da Função de Confiança, código PL/FC-3; e 41,66% (quarenta e um vírgula sessenta e seis por cento) do valor da Função de Confiança, código PL/FC-2, totalizando 50% (cinquenta por cento);

Art. 2º Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia financeira a contar do Ato de dispensa da função de confiança, pois o benefício não é cumulativo.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputada Dirce Heiderscheidt - Secretária
Deputado Mario Marcondes - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 245, de 12 de maio de 2016

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0425/2016,

RESOLVE: de acordo com o artigo 90, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, com fulcro na redação dada pela Lei nº 7.373/88, e nos arts. 26 c/c art. 20 incisos II e IV da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 19 de dezembro de 2013, e observada a Resolução nº 002/2004, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

Art. 1º CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO ao servidor **GUSTAVO DZIS GIACOMINI**, matrícula nº 6306, ocupante do cargo de Analista Legislativo II, código PL/ALE-31, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a:

20% (vinte por cento) do valor da Função de Confiança, código PL/FC-3, totalizando 20% (vinte por cento).

Art. 2º Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia financeira a contar da dispensa da função de confiança, pois o benefício não é cumulativo.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputada Dirce Heiderscheidt - Secretária
Deputado Mario Marcondes - Secretário
*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AUDIÊNCIA PÚBLICA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES EMENTA TAQUIGRÁFICA

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

EVENTO: audiência pública	DATA: 07/04/2016 HORA: 17h	LOCAL: Pousada Baiuka/Farol de Santa Marta/Laguna
SUMÁRIO: debater a falta de balneabilidade no Farol de Santa Marta – esgotamento sanitário, no Município de Laguna.		
PRESIDENTES: Deputado Estadual Gean Loureiro e Deputado Estadual Luiz Fernando Vampiro		
PARTICIPANTES DA MESA: Deputado Estadual Gean Loureiro, Presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente; Deputado Estadual Luiz Fernando Vampiro; Paulo Roberto Meller, diretor de Operação e Meio Ambiente da Casan, representando o diretor-presidente Valter José Gallina; Daniel Ricken, Procurador da República, representando o Ministério Público Federal; Mauro Vargas Candemil, Secretário Executivo da Agência de Desenvolvimento Regional de Laguna, representando o Governador do Estado Raimundo Colombo; Tenente-Coronel Jefer Fernandes, Comandante da Guarnição Especial da Polícia Militar de Laguna; Miguel Von Behr, analista ambiental e arquiteto, representando a APA da Baleia Franca/ICMBio; Rodolfo Michels Godinho, Secretário Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico e Social de Laguna; João Alberto Schmitz Filho, da Pousada Baiuka, representando todos os líderes comunitários; Deputado Estadual Deka May; Adenor Piovesan (Noi), superintendente da Fundação Nacional de Saúde (Funasa/SC) em Santa Catarina; Everaldo dos Santos, Prefeito de Laguna.		
REGISTRO DE PRESENÇA: Renato de Oliveira, Secretário Municipal de Transportes, Obras, Pesca, Desenvolvimento Rural e Aquicultura de Laguna; Gilberto Fernandes da Silva, presidente do Sindicato dos Pescadores e Pescadoras Profissionais do Complexo Lagunar de Águas Doces e Salgadas dos Municípios de Laguna, Imaruí, Imbituba e Garopaba (Sindpesca Laguna); Kleber Roberto Lopes Rosa, Vereador de Laguna; Andrey Pestana de Farias, Vereador de Laguna, também representando o Deputado Estadual José Nei Ascari; 1º Tenente PM João Hélio Schneider de Siqueira Santos, representando a 3ª Companhia da Polícia Militar Ambiental de Laguna; Jackson Barbosa Siqueira, Vereador de Laguna, também representando o Deputado Estadual José Milton Scheffer; Wilson Elias Vieira, Vereador de Laguna; Iberê Aguiar Jaques, Secretário Municipal de Turismo, Lazer e Comunicação de Laguna; Luiz Carlos Neves, assessor parlamentar, representando o Deputado Estadual Rodrigo Minotto; Vilmar Tadeu Bonetti, superintendente Regional de Negócios Sul/Serra da Casan; Celso Sandrini, Vereador de Florianópolis; Nelson Matos, ex-Vereador de Laguna; Orlando Rodrigues, Vereador de Laguna; Filipe Barchinski da Silva, gerente regional da Fatma, representando o presidente Alexandre Waltrick Rates; Rodrigo Luz de Moraes, Vereador de Laguna; Maria Aparecida dos Santos Ramos, presidente da União das Associações de Pescadores da Ilha (Uapi); Elder Mendonça; Grilo Mendonça; Toni Alcício; Flávio Locks.		
MANIFESTAÇÕES: Deputado Estadual Gean Loureiro; Deputado Estadual Luiz Fernando Vampiro; Daniel Ricken; Adenor Piovesan (Noi); Paulo Roberto Meller; Deputado Estadual Deka May; Everaldo dos Santos; Vereador Kleber Roberto Lopes Rosa; Wilson Darella; João Batista Andrade; Maria Aparecida dos Santos Ramos; Miguel Von Behr; Mauro Vargas Candemil; Tenente-Coronel Jefer Fernandes; João Alberto Schmitz Filho.		
ENCAMINHAMENTOS: - que os Deputados Vampiro e Deka sejam encarregados de repassar para a comunidade o detalhamento do resultado da audiência pública, comunicando os prazos da conclusão do projeto tão logo chegue à Assembleia Legislativa; - que o projeto que está na Prefeitura de Laguna seja enviado ao engenheiro Paulo Meller, para que a Casan faça as adequações necessárias com a devida participação nas etapas, e que sejam realizadas audiências públicas para dar conhecimento à comunidade do projeto que está sendo finalizado; - que após sanadas todas as etapas, o projeto fique de posse da Casan a fim de que ela faça os devidos encaminhamentos em busca de recursos, como à Caixa Econômica Federal, ao Banco do Brasil e ao Fundo Jica; - que o projeto deverá ser levado para constar na Fundação Nacional de Saúde, em Brasília, podendo o recurso advir de forma mais rápida possível depois que tramitadas as licenças ambientais, sendo que após a discussão do projeto o recurso poderá vir de financiamento da Casan ou da Fundação Nacional de Saúde.		

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PROMOVIDA PELA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA DEBATER A FALTA DE BALNEABILIDADE NO FAROL DE SANTA MARTA – ESGOTAMENTO SANITÁRIO -, NO MUNICÍPIO DE LAGUNA, REALIZADA NO DIA 7 DE ABRIL DE 2016, ÀS 17H, NA Pousada BAIUKA, FAROL DE SANTA MARTA, MUNICÍPIO DE LAGUNA

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Gean Loureiro) –

Boa tarde, senhoras e senhores. Damos por aberta a audiência pública, que vai debater a falta de balneabilidade no Farol de Santa Marta, de maneira específica sobre o esgotamento sanitário no Município de Laguna.

Para compor a mesa dos trabalhos, convidamos o senhor Deputado Estadual Luiz Fernando Vampiro, autor do requerimento que ensejou a realização desta audiência; o senhor Paulo Roberto Meller, diretor de Operação e Meio Ambiente da Casan, representando o diretor-presidente Valter José Gallina; o senhor Daniel Ricken, Procurador da República, representando o Ministério Público Federal; o senhor Mauro Vargas Candemil, Secretário Executivo da Agência de Desenvolvimento Regional de Laguna, representando o Governador do Estado Raimundo Colombo; o senhor Tenente-Coronel Jefer Fernandes, Comandante da Guarnição Especial da Polícia Militar de Laguna; o senhor Miguel Von Behr, analista ambiental e arquiteto, representando a APA da Baleia Franca/ICMBio; o senhor Rodolfo Michels Godinho, Secretário Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico e Social de Laguna, representando a Prefeitura até a chegada do Prefeito; e o senhor João Alberto Schmitz Filho, da Pousada Baiuka, representando todos os líderes comunitários, até em consideração à cessão deste espaço. (*Palmas.*)

Eu queria rapidamente informar a metodologia da nossa audiência pública. Nós temos como praxe na Comissão de Turismo e Meio Ambiente que as audiências públicas tenham uma duração máxima de duas horas, sob pena de, após um tempo, estarmos repetindo as discussões e acabamos não realizando nenhum tipo de encaminhamento. Então, em conversa com os participantes,

especialmente com o Deputado Vampiro, proponente desta audiência, nós definimos a seguinte metodologia: primeiro vamos conceder a palavra aos representantes dos órgãos ambientais e de saneamento, logo em seguida e preferencialmente aos representantes das instituições e entidades comunitárias presentes e posteriormente à mesa para que possamos discutir os encaminhamentos. Nós vamos franquear a palavra a todos que desejarem, mas primeiro vamos ouvir os órgãos que podem trazer esclarecimentos antecipados.

Quero registrar a presença do senhor Renato de Oliveira, Secretário Municipal de Transportes, Obras, Pesca, Desenvolvimento Rural e Aquicultura de Laguna; do senhor Gilberto Fernandes da Silva, presidente do Sindicato dos Pescadores e Pescadoras Profissionais do Complexo Lagunar de Águas Doces e Salgadas dos Municípios de Laguna, Imaruí, Imbituba e Garopaba (Sindpesca Laguna); do senhor Kleber Roberto Lopes Rosa (Keke), Vereador de Laguna; do senhor Andrey Pestana de Farias, Vereador de Laguna, também representando o Deputado Estadual José Nei Ascari; do senhor 1º Tenente PM João Hélio Schneider de Siqueira Santos, representando a 3ª Companhia da Polícia Militar Ambiental de Laguna; do senhor Jackson Barbosa Siqueira, Vereador de Laguna, também representando o Deputado Estadual José Milton Scheffer; do senhor Wilson Elias Vieira, Vereador de Laguna; do senhor Iberê Aguiar Jaques, Secretário Municipal de Turismo, Lazer e Comunicação de Laguna; do senhor Luiz Carlos Neves, assessor parlamentar, representando o Deputado Estadual Rodrigo Minotto; e do senhor Vilmar Tadeu Bonetti, superintendente Regional de Negócios Sul/Serra da Casan.

A Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa é formada por sete Deputados Estaduais, que representam diversas regiões do nosso Estado. Nesse sentido, nós buscamos sempre trazer problemas e encaminhamentos a serem realizados nas duas áreas que na maioria das vezes se confundem, porque geralmente o saneamento tem uma relação direta com o turismo, especialmente no nosso balneário, e o nosso objetivo é além de analisar os projetos que tramitam na Assembleia Legislativa sobre esses temas, realizar, sim, as discussões políticas, as cobranças ao

Poder Executivo e os encaminhamentos à comunidade e às entidades de turismo e de meio ambiente para buscar, primeiro, se possível, uma conciliação e uma busca de um encaminhamento mais correto que beneficie a sociedade e, posteriormente, um apoio e uma parceria com os órgãos de fiscalização para que isso efetivamente possa ser realizado. Dentre eles eu quero destacar a presença do representante do Ministério Público Federal, o doutor Daniel Ricken, que em muitas oportunidades vem atendendo a Comissão de Turismo e Meio Ambiente e com a maestria e o conhecimento que lhe é peculiar busca sempre a alternativa mais viável, protegendo o meio ambiente e buscando o desenvolvimento sustentável da nossa sociedade.

A nossa Comissão de Turismo e Meio Ambiente já tem aprovados para este semestre mais de trinta pedidos de audiência para discutir os mais variados temas. Entretanto, sobre o requerimento proposto pelo Deputado Luiz Fernando Vampiro, o pedido foi que a audiência se realizasse o mais rapidamente possível, e é a primeira audiência que a Comissão realiza fora da Assembleia Legislativa, isso por conta da necessidade e obviamente diante da importância desse assunto para o Estado de Santa Catarina. Hoje o próprio Vice-Governador me relatou a importância desse assunto, e trago desde já a justificativa da sua ausência em virtude de compromisso já agendado em Ituporanga, pois lá está tendo a Festa da Cebola e ele tinha que representar o governo naquele evento, mas obviamente sabia que o Estado estava representado pelo engenheiro Paulo Meller, da Casan, pelo Secretário Mauro Candemil, e de maneira especial pelo Deputado Vampiro, como representante do Sul do Estado de Santa Catarina, mas somos todos do mesmo partido e trabalhamos em conjunto.

Também registro a presença nesta audiência do senhor Celso Sandrini, Vereador de Florianópolis; do senhor Nelson Matos, ex-Vereador de Laguna, que continua colaborando com a nossa cidade; do senhor Orlando Rodrigues, Vereador de Laguna; e do senhor Filipe Barchinski da Silva, gerente regional da Fatma, representando o presidente Alexandre Waltrick Rates.

Para prestigiar aquele que trouxe a demanda da comunidade, o Deputado que efetivamente vem batalhando pelo Sul do Estado de Santa Catarina, como todos os Deputado do Sul, que tem uma bancada muito unida e trabalha de maneira conjunta, hoje temos aqui o Deputado Luiz Fernando Vampiro, a quem passamos a condução dos trabalhos para que ele possa iniciar os debates.

Informamos que nós temos uma metodologia, temos um tempo para falar, porque se os discursos forem longos, daqui a pouco a comunidade vai embora e não se debate, acabando por se perder o foco. Então pedimos sempre nas audiências objetividade, deixando todos se manifestarem, mas buscando inicialmente que as entidades e as associações comunitárias possam se manifestar.

Assim sendo, após essas rápidas considerações, passo a condução dos trabalhos ao Deputado Estadual Luiz Fernando Vampiro, para que dê prosseguimento a nossa audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Luiz Fernando Vampiro) – Boa tarde a todos e a todas. Gostaria de cumprimentar e agradecer a presença expressiva da comunidade, vocês são a razão fundamental desta audiência pública; cumprimento todos de uma maneira distinta e muito interessante. Eu tenho visto a comunidade totalmente organizada, pescadores, comerciantes, empresários, turistas, residentes, enfim, todos os envolvidos nesse processo.

Eu gostaria de fazer um cumprimento especial ao Deputado Gean Loureiro, que é um Deputado de toda a Santa Catarina, mas que tem a sua base eleitoral na Capital e preside com muita maestria a Comissão de Turismo e Meio Ambiente, uma das Comissões mais atuantes da Assembleia Legislativa, e eu falando com ele, quando fomos passar este tema importante acerca da falta de balneabilidade principalmente na Prainha, mas sobre a falta de saneamento básico no Farol de Santa Marta, o Gean Loureiro de pronto disse que tinha vinte e poucos pedidos na frente, mas que faria esta audiência por entender a importância do que representava essa situação.

Então, gostaria de fazer uma deferência muito especial ao Deputado Gean Loureiro, que teve a sensibilidade para conosco, do Sul de Santa Catarina, mas principalmente com a comunidade de Laguna e do Farol de Santa Marta.

Eu gostaria de cumprimentar também os componentes da mesa. Não há dúvida nenhuma que vocês entenderam que uma audiência pública, se não realizada com os atores principais que possam mudar a realidade posta... e aqui a minha esquerda eu vejo a participação muito importante do Ministério Público Federal, através do competente e também sensível às causas públicas e coletivas doutor Daniel; o Paulo Meller, que é diretor de Operações da Casan e conhece a região, e o Bonetti, que é o superintendente Regional de Negócios Sul/Serra da Casan; eu vejo a Polícia Militar; a comunidade, então nós estamos muito felizes com a participação de todos.

Eu gostaria de convidar para fazer parte da mesa o Deputado Estadual Deka May, que conhece bastante esta localidade, pois reside em Tubarão, mas veraneia em Laguna; e o senhor Adenor Piovesan, o Noi, superintendente da Fundação Nacional de Saúde (Funasa/SC) em Santa Catarina, que tem laços muito fortes com a cidade, pois a sua esposa é de Laguna e a sua filha mora e reside em Laguna. (Palmas.)

Para sintetizar acerca do assunto, apesar de todos serem sabedores, mas considerando que esta audiência pública tem alcance em todo o Estado de Santa Catarina pela TVAL e pela Rádio AleSC, vamos passar um vídeo cuja matéria foi feita no verão, aqui em Laguna,

no balneário do Farol de Santa Marta, cujas imagens expressam efetivamente o tema desta audiência pública. Então, antes dos pronunciamentos oficiais, das manifestações, vamos ver esse vídeo.

(*Procede-se à exibição de vídeo mostrando a falta de balneabilidade no Farol de Santa Marta.*)

Este vídeo, em tese, dá a noção do que vamos discutir hoje aqui.

Assim, para iniciarmos logo os trabalhos, eu passo inicialmente a palavra ao senhor Daniel Ricken, Procurador da República, representando o Ministério Público Federal.

O SR. PROCURADOR DANIEL RICKEN – Boa tarde a todos. Gostaria de cumprimentar os colegas de mesa, na pessoa do Deputado Luiz Fernando Vampiro, Parlamentar que teve a iniciativa importante de realizar esta audiência pública; cumprimentar toda a comunidade do Farol de Santa Marta e de Laguna e dizer que o Ministério Público quer solucionar o problema, e isso demanda superar diversos obstáculos, diversos desafios.

Gostaria de iniciar falando que o Farol de Santa Marta, e isso falo para todos os meus colegas Brasil a fora, é um exemplo de local que reúne o patrimônio público, o patrimônio histórico, o patrimônio cultural, muito representado pela pesca, pelos sambaquis que aqui existem, e pelo patrimônio natural. Reunir todos esses conceitos de grandeza do homem e da natureza são situações bem raras de acontecer, e temos a alegria de estar num lugar desse como hoje discutindo o futuro.

Quem dera que isso tivesse sido feito anteriormente, para não chegarmos a esse momento de termos uma praia imprópria para banho, uma ocupação desordenada. Mas acredito que nunca é tarde e eu acho que temos condição de discutir esses problemas hoje.

A primeira premissa que tem que ficar bem evidente é que a responsabilidade não é só do Município, não é só da Casan, não é só do Estado, não é só do Ministério Público, não só do Judiciário. É também da sociedade e da comunidade local, que também tem a sua parcela de responsabilidade. Mas acredito que uma comunidade unida, como é a do Farol de Santa Marta, nós teremos uma oportunidade realmente de superar esses obstáculos.

Eu vou narrar alguns itens da atuação do Ministério Público para ilustrar o que a gente está visualizando da situação. Em 2006 foi ajuizada uma ação civil pública contra o Município de Laguna e alguns outros Municípios da região justamente cobrando a implementação do sistema de saneamento. No ano de 2010 o Município de Laguna, assim como outros, aderiu a um acordo e se comprometeu a adotar as medidas para instalação do esgoto. Esse acordo também foi subscrito pela Casan. [Taquígrafa-Revisora: Siomara G. Videira]

Não somos ingênuos de imaginar que um sistema de esgoto, que custa caro, que demanda tempo, que demanda obras que no dia a dia do cidadão não são agradáveis – Laguna, principalmente, a região central viveu isso alguns anos atrás -, mas tem que ser feito, e acredito que esteja na vez do Farol de Santa Marta. Pode custar caro? Pode custar, mas tem que ser feito de alguma forma. E, do mesmo modo, essa divisão de responsabilidade vai caber à comunidade cuidar, vai caber ao Município adotar medidas, principalmente de fiscalização, e a Casan também vai ter que adotar as medidas de instalação do saneamento básico. O modelo é uma questão técnica que de fato vai caber à Casan decidir.

Em final de 2014, o Ministério Público Federal encaminhou uma recomendação, no âmbito de um inquérito civil público, para que a Vigilância Sanitária, para que a Fundação de Meio Ambiente de Laguna e a Secretaria de Obras e Saneamento cumprisse o seu papel de fiscalizar, ao menos, os estabelecimentos comerciais da região no tocante as ligações clandestinas na rede fluvial ou mesmo na ausência de qualquer tipo de cuidado com os resíduos produzidos nesses estabelecimentos comerciais. O ideal é que a fiscalização ocorresse em todas as edificações, mas é claro que diante da dimensão é complicado imaginar isso num curto espaço de tempo. Então, a gente priorizou os estabelecimentos comerciais, depois os órgãos competentes podem falar como estão essas fiscalizações, mas até onde eu sei recentemente elas tiveram uma movimentação mais na região do Mar Grosso, que está recebendo a nova estação de tratamento da Casan, que também deveria ser feita aqui no Farol.

Depois dessa recomendação - em primeiro lugar eu falei sobre a responsabilidade da Casan; agora falei um pouco da municipalidade; e agora vou falar um pouco da comunidade local -, eu trouxe aqui apenas um depoimento exemplificativo daquilo que nós acompanhamos, senão diariamente, mas semanalmente na Procuradoria da República. Eu não vou identificar a pessoa, mas vou ler alguns trechos do depoimento.

(*Passa a ler*):

“Sou pescador artesanal que juntamente com o meu marido, proprietário do terreno, do qual não possuo escritura, construí três casas, sem autorização do Município”. Vou parar por aqui, apenas para descrever como é difícil para o Estado acompanhar a vontade das pessoas de construir, construir e construir. Eu sei que às vezes a pessoa precisa construir para um filho que casou; que a pessoa tem a ideia de construir um puxadinho para poder alugar no verão, mas não há planejamento, e não vai haver solução no Farol de Santa Marta enquanto esse tipo de coisa acontecer. Enquanto a comunidade local realizar ampliações de casas, realizar construção de edículas, de puxadinhos ou mesmo de casas – eu sei que algumas

casas têm autorização judicial, não desconheço isso -, isso também vai ser abordado pelo Ministério Público no momento adequado, mas enquanto esse cenário de voluntariedade na expansão sem um planejamento realmente vai ficar bem difícil. Não vai ser a atuação da Casan aqui que vai resolver o problema.

Por fim, vou destacar também outra recomendação feita ao Prefeito de Laguna para que adotasse medidas pontuais de regularização fundiária da área do Farol. Por que regularização fundiária? Quando a gente fala em regularização é porque há algo de irregular. Algo de irregular que historicamente se consolidou e que hoje virou um problema complicado de simplesmente se aplicar a lei de forma cega, não acompanhando a realidade dos fatos. A legislação hoje permite a regularização fundiária, mas é um processo doloroso. Doloroso para os cofres públicos, porque demanda dinheiro; doloroso para a comunidade, porque regularização não significa que todas as casas possam continuar, mas é a solução que temos hoje. Então, depois, a representação da Prefeitura pode comentar a respeito.

Essa regularização fundiária, na visão do Ministério Público, com base na legislação, tem um tripé que é: o ordenamento urbano; o saneamento básico - que é a discussão principal hoje -, mas não adianta focarmos no saneamento e no ordenamento urbano se continuar desordenado; e, por fim, a fiscalização. A fiscalização não é apenas estatal, a fiscalização tem que ser social. Nós vivemos hoje em um mundo onde o cidadão tem muitos direitos, mas esquece de que ele também tem obrigações. Nós acreditamos que aquele que vê o vizinho praticando uma ilicitude, como uma ligação clandestina, como uma construção irregular, ele tem, sim, a obrigação, talvez não legal, talvez não vá ser responsabilizado, mas ele tem obrigação, porque se ele não cumprir com a sua obrigação, o cenário que a gente vislumbra no futuro é o do desordenamento urbano, o da praia sem condições de balneabilidade.

Por fim, gosto das audiências públicas do Deputado Gean, porque elas são bem objetivas, principalmente na questão de encaminhamentos, e eu espero que a gente possa sair daqui com algum plano de trabalho para realizar essa regularização fundiária sem prejuízo na questão do saneamento, porque como eu falei, são coisa, são soluções que andam juntas. O saneamento não vai funcionar sem ordenamento urbano, porque não tem como a Casan ou quem vai cumprir esse papel, aqui no Farol, dimensionar o esgoto ou a solução que seja dada, se continuar o crescimento desordenado.

Agradeço a oportunidade e fico à disposição. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Fernando Vampiro) - Eu gostaria de fazer o registro da presença do senhor Everaldo dos Santos, Prefeito de Laguna, que já está entre nós na mesa; do senhor Rodrigo Luz Moraes, Vereador de Laguna; e também da senhora Maria Aparecida dos Santos Ramos (Cida), presidente da União das Associações de Pescadores da Ilha (Uapi).

Com a palavra o senhor Adenor Piovesan (Noi), superintendente da Fundação Nacional de Saúde (Funasa/SC) em Santa Catarina.

O SR. ADENOR PIOVESAN (Noi) - Boa tarde a todos e boa tarde a todas.

Eu quero, inicialmente, agradecer o convite formulado a minha pessoa, pelo gabinete, em especial ao Deputado Luiz Fernando Vampiro que em contato conosco, nos convidou para estarmos presente nesta audiência pública referente a toda a questão do Farol. No que diz respeito a esta entidade, da qual estou na direção, a Superintendência da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), um órgão do governo federal, vinculada ao Ministério da Saúde, que aloca recursos para o saneamento em Municípios abaixo de 50 mil habitantes; e igualmente estender o meu cumprimento especial ao meu amigo - com quem tive grandes oportunidades de estarmos juntos em campanhas - Deputado Gean, que é o Presidente da Comissão do Meio Ambiente, e te dizer, Gean, que estamos efetivamente contribuindo no que diz respeito a nossa missão. (Cumprimenta os componentes da mesa e os demais presentes.)

Eu acho muito importante a presença do doutor Daniel, representante do Ministério Público, nesta audiência, para que possamos ter um pouquinho de clareza nos encaminhamentos referentes ao esgotamento sanitário, ao saneamento propriamente dito, e para que a comunidade entenda o mecanismo que é um projeto de esgotamento sanitário e o seu funcionamento, bem como, a sua operação pela concessionária, no caso a Casan.

Inicialmente dizer o que temos de missão dentro da Fundação Funasa. A Funasa trabalha somente com a alocação de recursos para os Municípios. Então, o Município faz a sua carta-consulta e entra no sistema da entidade para apresentar o projeto e nós analisamos esse projeto, e, por fim, alocamos os recursos para a execução da obra. Esses recursos são todos do governo federal a fundo perdido para os Municípios, o que faz com que possamos ter essa ação de esgotamento sanitário, doutor Daniel e Deputado Vampiro, sendo executado pelo Município na questão da aprovação do projeto.

Eu quero deixar muito claro, aqui, para a comunidade do Farol, que o Prefeito Everaldo, a Prefeitura, a municipalidade se preocupou e muito com o Farol. Não foi nem uma, nem duas, nem três, não sei quantas vezes o Everaldo, a Grazielle Sitônio, toda a equipe da Prefeitura, do Planejamento, da Secretaria estiveram lá na Superintendência falando comigo, Deputado Vampiro, nos indagando, nos colocando o projeto de esgotamento sanitário aqui do Farol.

É bem verdade, que a gente, doutor Daniel, quando apresenta um projeto de esgotamento sanitário para uma comunidade, no caso específico, aqui, do Farol de Santa Marta, o qual a concessionária está sediada lá no Município de Laguna, ele compreende dificuldades sem limite, tamanha as circunstâncias e as variáveis que nós temos que empreender para que um bom projeto de esgotamento sanitário seja funcional, tenha sustentabilidade tanto ambiental como econômica. Depois, tem o seguinte, esse sistema todo tem que se manter. Não é que será pago o investimento que foi feito, mas a comunidade terá que pagar o seu funcionamento.

Eu quero registrar isso com muita sinceridade, com muita transparência, que foi, sim, o Município que esteve várias vezes, - inclusive, na carta-consulta que houve em 2014 -, apresentou projeto, os prazos de alocação de recursos são curtíssimos, são muito curto e, inicialmente, logo Laguna foi desclassificada, Gean, porque ela ainda estava registrada, lá no IBGE, como Município junto com Pescaria Brava, e que tinha mais do que 50 mil habitantes. Então logo foi desclassificada, já na primeira classificação. Aí o Everaldo esteve lá e nós fomos a Brasília, lutamos, e conseguimos incluir o Município de Laguna novamente.

Mas aí tem essa questão de todas as nuances de onde é que iríamos colocar toda essa situação como a área de preservação ambiental permanente, onde é que iríamos alocar a estação de tratamento, como é que iríamos fazer para que talvez a Cigana estivesse junto nesse projeto para dar sustentabilidade econômica, a sazonalidade, o levantamento sazonal. Aqui, está o nosso Secretário de Turismo, a quantidade de turistas que frequentam aqui na temporada. Um projeto extremamente complexo e nós tínhamos um prazo de trinta dias para resolver isso, que é a locação dos recursos para o Município.

Pois bem, naquele momento, feitas todas as coisas, o Município não conseguiu viabilizar todas essas nuances, todas essas variáveis, todas essas questões, mas o saneamento é assim, o esgotamento funciona dessa forma. Não contempla num primeiro momento, continua readequando o projeto de esgotamento; continua arrumando o projeto que existe - o Município tem feito isso, tem me buscado para readequar o projeto existente -, para que, quando houver novamente a carta-consulta, lá esteja Laguna, esteja para que se consiga alocar o recurso a fundo perdido.

É evidente que têm outros órgãos, a Casan, a Caixa, o BNDES, existem dezoito órgãos, que alocam recursos para o saneamento no Brasil. Não é só a Funasa! Eu falo da Funasa, porque é o órgão em que eu estou como superintendente, mas outros órgãos também alocam recursos, alguns, na forma de financiamento, e outros, como a Funasa, a fundo perdido, que é o mais é procurado, o mais é buscado. Mas, por isso, também é o projeto mais rigoroso, mais minucioso, em que os órgãos de controle estão mais presentes, e é por isso que temos que ver toda a questão da concessionária, da concessão, de toda a movimentação.

Eu gostaria de trocar essas palavras com vocês e, muitas outras questões, podemos levantar nessa situação, mas a comunidade aqui do Farol, para saberem, a Funasa não trata da balneabilidade da água da praia. Nós estamos tratando do saneamento como ação de prevenção à saúde. Não vamos tratar de balneabilidade, não! A gente trata do saneamento, do esgotamento sanitário como prevenção à saúde que afeta, aqui, neste caso, efetivamente, o destino final do esgotamento, sem tratamento, que é a praia. Nós tratamos exatamente da prevenção da saúde. Com tudo que hoje existe em termos de doenças, que o saneamento previne, segundo estudos, um real investido em saneamento são quatro reais economizado em um posto de saúde.

Aqui, temos uma situação em que teremos de buscar o sistema todo efetivamente. Ele será uma estação de tratamento e jogaremos a outra parte dentro do mar, parte tratada? Ou colocaremos lá na Cigana e trazemos para cá? O Prefeito tem buscado isso, sim; nós temos buscado isso, sim.

Eu fiquei muito feliz, Deputado Vampiro e Deputado Gean, de estarmos aqui hoje, até para clarearmos essa situação, que efetivamente é uma situação de saúde pública e a solução todos nós temos que buscar. Há duas semanas fomos inaugurar, doutor Daniel, um sistema novinho de esgotamento sanitário num Município, lá do extremo oeste e, Paulo, a população não queria pagar R\$ 19,00 por mês da taxa de esgotamento sanitário. Ninguém queria pagar R\$ 19,00 por mês. Foi uma obra de R\$ 4 milhões e foi uma guerra sem tamanho para a população aceitar o taxamento de R\$ 19,00 por mês, que é 70% da taxa da água para o esgoto.

Então, gente, eu sou bem franco, bem claro, vocês me desculpem, às vezes, eu faço isso com muita clareza, não gosto de maquiagem nada, mas essa é uma realidade que vamos enfrentar. O esgotamento sanitário aqui da praia é complexo. É um projeto, Sandrini, difícil, a gente vai ter que analisar muito bem como é que vamos fazer. A concessionária, a Casan têm que estar fechadinha, se for o nosso órgão, ouviu Paulo, que fomos alocar o recurso para essa obra ou se vocês forem fazer com recurso da Casan, daí, é outra história. Eu estou falando só desse órgão que aloca o recurso, mas, certamente, temos toda a boa vontade e também estaremos sempre, quando fomos chamados, nesta questão do saneamento, que é a bola da vez aqui no nosso Estado. Todo mundo quer, todo mundo busca porque não está compatível com a pujança que o Estado tem em nível nacional, em nível internacional e o índice tão baixo de esgotamento sanitário que hoje nós temos registrados.

Também não condiz com a região, não condiz com o Município de Laguna e essa é uma questão que, se todos tivermos boa vontade, poderemos enfrentar com serenidade, com tranquilidade. [Taquígrafa-Revisora: Almerinda Lemos Thomé]

Isso já existe, há 100 anos que ninguém fazia isso, mas nós temos que enfrentar e esse é o próximo passo para todos esses órgãos aqui envolvidos. Nós temos certeza de que tão logo tenhamos novas alocações de recursos, iremos novamente, se for o caso, trabalhar para aprovar esse projeto do esgotamento sanitário aqui da praia do Farol.

Era isso o que eu tinha a dizer, obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Gean Loureiro) – Obrigado, Adenor Piovesan.

O nosso Deputado Vampiro só vai dar uma atenção à imprensa, que tem horário, e eu vou dirigir a sessão durante esse período.

Vamos continuar passando a palavra à mesa, agora à representação da Casan.

Chegou o momento em que a gente entendeu a problemática, falta a “solucionática”. Acho que agora a gente tem que ver: tem projeto? Não, não tem projeto. Quem pode fazer o projeto? De onde vem o recurso? É recurso federal, da Funasa? É recurso do governo? É recurso da Casan? É financiamento que vem da Casan? Isso tudo para gente começar a ter prazos e definir, porque acho que a comunidade está esperando mais ou menos isso.

Então a gente tem que tentar ser mais objetivo. Agora a gente já entendeu um pouquinho do problema, a comunidade vai falar, vai desabafar, vai poder dizer tudo o que quer, mas a gente tem que sair daqui com encaminhamentos, porque senão não valeu o esforço de todos estarem presentes.

Para isso, é de grande importância a posição do engenheiro Paulo Meller, que obviamente tem informações técnicas do encaminhamento para nos unirmos e buscarmos soluções de maneira conjunta.

Passo a palavra ao senhor Paulo Roberto Meller, diretor de Operação e Meio Ambiente da Casan, representando o diretor-presidente Valter José Gallina.

O SR. PAULO ROBERTO MELLER – Boa tarde a todos.

Cumprimento os três Deputados presentes – Deputados Gean, Deka e Luiz Fernando Vampiro -, o Prefeito aqui de Laguna, o Ministério Público Federal na pessoa do doutor Daniel Ricken, e em seus nomes cumprimento todos os integrantes da mesa. Um abraço caloroso a todos que estão aqui presentes nesta tarde e noite de hoje.

Primeiro, algumas considerações. Em 2011 eu assumi o Deinfra, e já naquela época o Governador Raimundo Colombo e o Vice Eduardo Moreira me disseram: “Termine a estrada Camacho-Laguna porque tem alguma coisa lá para concluir”. E nós concluímos. Não conseguimos concluir o acesso ao Farol – vocês aqui até sabem os motivos, não preciso ser repetitivo.

Mas eu quero aproveitar a noite de hoje para dar um depoimento a um cidadão chamado doutor Daniel Ricken - é a primeira vez que falo isso em público. O doutor Daniel foi uma das pessoas responsáveis, dentro da legalidade, pelo Farol Camacho-Laguna – se isso saiu, se deve muito a ele.

É a primeira vez, doutor Daniel, que eu faço isso publicamente. Não é do meu feito, mas quero aproveitar até este momento. O senhor não esteve na inauguração, pois lá eu falei algo parecido, mas hoje está aqui. Nós trabalhamos com órgãos públicos pelo Estado todo, e a forma como o doutor Daniel trabalha dentro do Ministério Público é a forma de conversar, de dialogar e achar a solução em conjunto. Nós, que temos outras obras em outros lugares, muitas vezes recebemos uma notificação de paralisação ou coisa parecida. O doutor Daniel já fez isso, é verdade, mas como ação extrema.

Eu disse isso várias vezes e gostaria de repetir hoje, inclusive na sua frente: tenho por você o maior carinho, o maior respeito e o maior apreço justamente por isso. Se essa rodovia saiu foi porque o Ministério Público Federal, além de ter sido atuante, foi colaborador na questão da rodovia.

Deixem-me falar um pouco agora sobre a questão do esgoto. Estou agora com 56 anos de idade; estava falando para meus amigos aqui que venho ao Farol desde os meus 14 anos ou 15 anos de idade, quando aqui nesta região ainda havia poucas casas. Eu fui à padaria olhar aquela foto ali e fiquei impressionado de como era o Farol, talvez, na década de 1970, início da década de 1980. Daquela época para hoje, o Farol virou uma cidade.

Eu até anotei para repetir o que o doutor Daniel falou. O Farol é um patrimônio histórico, turístico, cultural, ambiental, tudo junto. Em que pé está hoje a questão do esgoto aqui do Farol? Primeiro é bom lembrar que houve a inauguração do esgotamento de Laguna na terça-feira passada, com a presença do Prefeito, do Governador e do Vice-Governador, que é um cidadão lagunense... Laguna, com o que tem hoje em operação, é a cidade com o maior índice de atendimento de esgoto sanitário tratado - Laguna, hoje, tem 84% do seu território com esgoto sanitário tratado. É o maior índice do Estado de Santa Catarina, maior até que o da capital Florianópolis, que era, até a semana passada, a primeira. Hoje, Laguna é a primeira do Estado: 84% com cobertura de esgoto.

Ficou o Farol. E aí eu queria falar um pouco tecnicamente. O doutor Vanderlei (sic) falou aqui de 2010, 2014, na questão de um TAC

ou coisa parecida. Na época, a Casan repassou um recurso para a Prefeitura, para que ela fizesse o projeto de engenharia da rede de esgoto do Farol de Santa Marta junto com a Funasa – e, diga-se de passagem, com o acompanhamento técnico também da Casan. Eu posso dizer que o projeto, se não está 100% pronto, está muito próximo disso. Então hoje nós temos projeto.

Aqui se falou alguma coisa sobre estação de tratamento de esgoto e eu também queria falar sobre isso. Até a década de 1970, de 1980, as estações de tratamento eram simplesmente o que a gente chama de esgoto primário. Aqui no Mar Grosso da Laguna tem um exemplo próprio: você recolhe, leva para uma estação, faz um emissário e joga, no caso de Laguna, quase 2 quilômetros para dentro do mar – e, diga-se de passagem, está lá até hoje funcionando. Era essa a tecnologia da época. Depois veio a estação de tratamento de esgoto secundário, ou seja, você recolhe o esgoto bruto, faz dois tratamentos nele e depois você joga esse efluente ou num córrego ou num rio, com 95% de pureza, que é isso o que a norma hoje determina. E isso nós temos em vários lugares do Estado, em Florianópolis e em outras diversas cidades que a Casan atende.

Agora, recentemente, se introduziu o tratamento terciário. O terciário faz o primeiro, o segundo, e faz mais o terceiro tratamento, tirando fósforo e mais algumas coisas que poluíam, ficando uma água praticamente limpa. Nós, engenheiros, costumamos dizer que se você quiser tratar essa água ela se torna inclusive potável. Eu sei que culturalmente ninguém vai poder entender isso ainda aqui, mas muitos países já usam o que sobra do esgoto terciário para molhar gramas, irrigar jardins, lavar carros em postos de gasolina - em vários e vários países do mundo já se usa isso.

Confesso que não conheço na íntegra o projeto aqui no Farol de Santa Marta, mas hoje a tecnologia avançou. Vamos usar um exemplo muito próprio: há dez ou quinze anos um computador custava talvez R\$ 7 mil, hoje ele custa R\$ 1 mil, a mesma coisa acontecendo com a televisão - a estação de tratamento terciário também está baixando de preço ano a ano, em função do consumo e também da melhoria da sua tecnologia.

Nós já temos algumas estações em Santa Catarina, uma funcionando no Município de Bombinhas e mais quatro em obras, além de duas ou três em licitação - e é isso o que tem que ser feito aqui no Farol de Santa Marta, pela sua topografia e geografia, porque não tenho dúvida nenhuma de que você vai poder pegar esse efluente e jogar no mar tranquilamente. Não há problema nenhum, justamente pela qualidade desse efluente. Temos uma estação de tratamento terciário em Bombinhas funcionando hoje e vamos ter mais quatro ou cinco em que será perfeitamente possível fazer visitas, sem querer criar nenhum tipo de polêmica, mas é simples. O meu pai e meu avô diziam que o que os olhos veem fica muito mais fácil de você se convencer.

Então, daqui a seis ou sete meses nós vamos ter mais duas terciárias operando, e até o final do ano ou metade do ano que vem vamos ter mais cinco ou seis. Então é simples visitar, e digo isso até para que os órgãos ambientais, como é uma coisa relativamente nova, também verifiquem esse tipo de questionamento.

Não quero me prolongar, mas basicamente é isso. E ontem, quarta-feira, o Deputado Vampiro e eu fomos à inauguração do esgotamento de Laguna. O Governador e o Vice-Governador estavam lá, e o Vice-Governador disse publicamente - e vou repetir aqui o que ele disse. Depois, como o Deputado Vampiro e eu voltamos para Florianópolis no carro junto com ele, nós colocamos, eu mais tecnicamente, o que poderia ser feito. E o Vice-Governador disse, textualmente, nas suas falas na inauguração do esgotamento de Laguna e depois, no carro: “Paulo, agiliza dentro da Casan, junto com a Funasa.” Se a Funasa puder ser parceira, ótimo, beleza. Dinheiro é sempre muito bem-vindo e se vier a fundo perdido é muito melhor. Ele disse para a gente adequar esse projeto dentro da nova realidade, inclusive com estação de tratamento terciário, para dentro desse período nós analisarmos todas as questões de licenças, as ambientais e todas elas, porque no final de 2017 ele quer - ou através de recursos da Funasa ou senão com recursos do governo do Estado e da Casan -, lançar o edital da construção da obra para iniciar no início de 2018. Essa foi a palavra do Vice-Governador. Ele disse isso publicamente e depois no carro, comigo e com o Deputado Vampiro. Ele foi enfático e conversamos também muito sobre isso.

Então, em poucas palavras e aí sendo bem prático como o Deputado Gean pediu, justamente era isso. Volto a dizer que essa estação de tratamento terciária, compacta, hoje é bem mais barata do que era um ano, dois anos, três anos atrás. Lá em Forquilha, por exemplo, eu não estou lembrado dos litros por segundo... A de Bombinhas custou R\$ 4 milhões. É caro? É caro. Mas paga-se o preço da qualidade. Eu não sei exatamente aqui quantos litros por segundo nós vamos tratar.

E aquilo que o doutor Daniel e o Prefeito sempre falam: aonde se leva esgoto, gente, a crítica é muito grande porque você intervém. Você vai interditar rodovia ou fazer buraco na frente da casa do cidadão, você vai fazer tudo isso. Só que nós, engenheiros, costumamos dizer que o incômodo vai existir durante uma semana ou um mês, mas o benefício vai existir para o resto da vida.

Eram essas informações que eu queria passar a esta audiência pública, Deputados Gean, Vampiro, Deka. E vou ficar à disposição para questões técnicas referentes ao esgotamento sanitário.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Gean Loureiro) – Obrigado ao engenheiro Paulo Meller, representando a Casan. Acho que já começamos a ter uma clareza sobre o encaminhamento. Portanto, tendo um detalhamento disso e do resultado dessa audiência, tendo a comunicação dos prazos de conclusão de projeto e essa informação chegando até a Assembleia, o Deputado Vampiro e o Deputado Deka ficam encarregados de repassá-la à comunidade.

Eu pedi licença ao Deputado Vampiro porque vou representar a Assembleia em outro evento e vi que o deslocamento vai demorar um pouquinho - aqui não é tão rápido quanto a gente imagina. Mas a gente já tem um encaminhamento traçado aqui do que vai ser realizado e eu queria pedir licença ao Prefeito e a todos para me ausentar; os nossos Deputados vão dar continuidade. Espero que a Comissão tenha o objetivo de atender efetivamente a comunidade - já existe uma vontade expressa do Governador, especialmente do Vice-Governador, que vem cuidando do assunto. Agora, isso não nos impede de ter uma fiscalização permanente, porque provavelmente esta audiência ajudou a determinar que essas decisões já fossem tomadas.

Agradeço a toda a equipe da Comissão de Turismo da Assembleia, da TVAL, que se deslocaram de Florianópolis em grande número, transmitindo essa sessão para todo o Estado de Santa Catarina, já que o Farol de Santa Marta não é apenas um patrimônio de Laguna, mas um patrimônio de todo o nosso Estado e é nossa obrigação preservá-lo.

Boa reunião para vocês. Vou pedir licença e o Deputado Vampiro dará continuidade aos trabalhos.

(O senhor Deputado Estadual Gean Loureiro retira-se do recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Luiz Fernando Vampiro) – Obrigado, Deputado Gean. Agradeço carinhosamente sua presença e sua articulação junto à Comissão.

Já está passando a assessoria da Comissão de Turismo da Assembleia para pegar os nomes para o pronunciamento da comunidade, ou seja, daqueles que aqui estão e quiserem fazer uso da palavra. Nós vamos restringir a palavra e conceder dois minutos ou três minutos, dependendo do número de inscritos para o pronunciamento. Superimportante então: a partir deste momento já colocaremos essa situação de inscrição.

Eu vou passar a palavra ao Deputado Deka May, que vai fazer algumas considerações; depois, obviamente, ao Prefeito Everaldo, e aí, em ato seguinte, vamos abrir a palavra para a manifestação oficial da comunidade. Depois de finalizados os pronunciamentos daqueles que se inscreverem nós vamos, automaticamente, aos encaminhamentos finais da audiência pública para que a gente tenha atribuições e, principalmente, responsabilidades da mesa aqui presente.

Com a palavra o senhor Deputado Estadual Deka May.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL DEKA MAY – Boa noite a todos.

(Cumprimenta membros da mesa e os demais presentes.)

O Paulo falava que vem desde criança aqui - eu também me sinto lagunense, veraneio em Laguna desde 1966, tenho casa em Laguna, minha família tem uma casa aqui no Farol. Um tempo eu era surfista, tinha mais cabelo. Quer dizer, todas essas praias, Cigana, Cardoso, Prainha do Meio, Galheta, tudo, Gravatá, a gente conhece e convive.

O Deputado Vampiro, ontem, na Assembleia, fez um pronunciamento relativo a essa questão da audiência e eu fiz questão de estar aqui - e fico um pouco mais tranquilo e feliz porque essa questão ambiental é uma situação extremamente delicada. A gente fica muito triste porque o Farol de Santa Marta é um patrimônio do País, não há neste país quem não conheça o Farol de Santa Marta e a gente sabe da importância que o Farol tem.

Mas eu fico mais tranquilo, e garanto que também aqueles que estão aqui presentes ficaram um pouco mais tranquilos, na medida em que o Paulo Meller fez seu pronunciamento de acordo com aquilo que o Deputado Gean falou. Tem que se saber se já tem um diagnóstico, se já tem ideia da concepção do projeto, do custo do projeto, do custo da obra, e que existe uma vontade do Vice-Governador de que a obra aconteça. E aqui temos o nosso querido Promotor que, de certa forma, como já é parceiro nessa questão, eu acho que não haverá dificuldade.

Como disse o Deputado Gean, agora é preciso agilidade para que isso se resolva o mais rapidamente possível e o Farol possa ser o lugar bonito que sempre foi, sendo motivo de orgulho para aqueles que aqui moram e para que aqueles que venham para cá saiam maravilhados com essa natureza, sabendo que vocês, o Prefeito e o governo do Estado cuidam bem do Farol. Então vocês têm responsabilidade, mas o governo do Estado tem responsabilidade junto com a Prefeitura de resolver esse problema que envergonha a todos. Mas, com certeza, pela forma como falou o nosso querido Paulo Meller aqui, isso vai ser resolvido o mais rapidamente possível.

Parabéns a todos, é muito bom ver essa quantidade de gente aqui participando no interesse maior da nossa comunidade do Farol. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Luiz Fernando Vampiro) – Obrigado, Deputado Deka May.

Só para comunicar: nós temos quatro inscritos. Aqueles que tiverem a intenção poderão levantar a mão para ajudar a identificação

da nossa assessoria. Logo após a manifestação do Prefeito eu abro aos pronunciamentos.

Com a palavra o senhor Everaldo dos Santos, Prefeito de Laguna.

O SR. PREFEITO EVERALDO DOS SANTOS (Laguna/SC) – Boa noite a todos e a todas.

Quero, primeiramente, agradecer a Deus a oportunidade de estarmos aqui, nesta noite importante, na comunidade do Farol de Santa Marta, como disseram o Deputado Deka e o Deputado Vampiro, um ponto de referência não só de Santa Catarina e do Brasil, mas um ponto de referência do mundo.

Agradeço a presença do doutor Daniel, Promotor do Ministério Público, que tem nos apoiado e ajudado e fazendo algumas reuniões com o Poder Público municipal, para que a gente possa encontrar uma solução não só para a comunidade do Farol, mas para a nossa região de Laguna, que é rica em natureza e tem muitos problemas ambientais. *[Taquígrafa-Revisora: Carla Greco Granato] [Leiturista: Dulce M. da Costa Faria]*

(Agradece a presença das demais autoridades à mesa.)

Em 2013, quando a gente assumiu a Prefeitura de Laguna, vários problemas estavam acontecendo há vários anos, e nós, assim que assumimos o compromisso com a comunidade, percebemos que um dos problemas era a SC-100, além do esgoto sanitário. E graças ao saudoso Luiz Henrique da Silveira, Governador do Estado, a SC-100 hoje é uma realidade, no entanto, ainda falta o complemento da SC-100, que é o acesso da comunidade do Farol, que está intransitável, vergonhoso e para o qual precisamos buscar uma solução.

É interessante os órgãos ambientais estarem nesta audiência, até para sentir de perto essa solução, porque estamos aqui para buscar uma solução, porém alguns órgãos ambientais entravam o desenvolvimento da comunidade, da região e, principalmente, do Município.

Quero dizer que a situação do esgoto clandestino da comunidade do Farol de Santa Marta é lamentável, e nós precisamos urgentemente buscar uma solução.

Em 2014, fizemos um projeto em parceria com a Casan - o projeto está pronto, está com o Secretário de Planejamento, o engenheiro Rodolfo, juntamente com a Graziela, mas falta fazer uma adequação no projeto porque já faz dois anos. E o Noi falou, que a Funasa não autorizou o projeto no ano de 2014. A nossa preocupação assim que assumimos foi com a situação do esgoto do Farol, da Prainha, porque isso já vem acontecendo há vinte, trinta anos, e temos que buscar uma solução.

A Funasa só não repassou o recurso porque a comunidade de Laguna estava com 54 mil habitantes, pois ainda estava constando no IBGE que Pescaria Brava pertencia a Laguna; e por isso o recurso não foi liberado - não é um projeto de um ou dois milhões, é um projeto de R\$ 8 milhões aproximadamente -, mas a comunidade e o Município de Laguna não pode sofrer com isso, ainda mais sendo um ponto turístico, como diz o Deputado Deka e o Deputado Vampiro, conhecido no Brasil e no Mundo. Então, temos que buscar uma solução.

Quando inauguramos duas estações de tratamento de esgoto em Laguna, uma de trinta mil litros e outra de sessenta mil litros, uma no bairro Magalhães e Vila Vitória, que vai atingir um pouco mais de 80% do esgoto tratado do perímetro urbano da cidade de Laguna, eu solicitei ao Governador - porque não podemos inaugurar somente essa obra, já que temos o complemento de fechar os 100%, para incluirmos mais duas grandes comunidades, a maior parte das comunidades já tem fossa, a comunidade do Farol e a comunidade de Cabeçadas. Cobramos isso do Governador e ele, em sua fala e na fala do Vice-Governador, assumiu o compromisso de autorizar a Casan, junto ao governo do Estado, para que imediatamente refizesse ou ampliasse o projeto da Prefeitura, que já está pronto, junto aos órgãos ambientais, e assim nós buscamos uma solução para a comunidade do Farol. Então, nós precisamos disso urgentemente.

Eu quero pedir aqui o apoio de toda a direção da Casan, do governo do Estado, dos representantes, do Deputado Vampiro, do Deputado Deka, do Deputado Gean e do próprio Ministério Público, que é fundamental - o Ministério Público tem sido parceiro, o doutor Daniel Ricken tem sido parceiro -, várias vezes a gente convidou o Ministério Público, e ele não se furtou, ele foi até a Prefeitura para a gente fazer algumas reuniões, inclusive com a União das Associações de Pescadores da Ilha (Uapi), a Cida, que é a presidente, está aqui presente, é uma batalhadora pela comunidade da região da Ilha, e toda a sua diretoria.

Precisamos buscar uma parceria, nós não podemos ficar de braços cruzados, a gente só consegue, só conquista as coisas com unidade, com união e com diálogo. Isso é muito importante. Hoje eu vejo todos, os visitantes; os turistas; os veranistas, principalmente aqueles que têm casa aqui; a comunidade pesqueira; e a comunidade local, que está aqui há trinta, cinquenta, cem anos, como a comunidade do Farol.

Não adianta virmos à uma audiência pública e dizer coisa com coisa, é preciso encontrarmos uma solução. O projeto está pronto, mas falta fazer algumas alterações, e falta a Casan, se a Funasa...e até vou dizer que acho muito difícil, porque o governo federal está quebrado, que é ilusão esperarmos pelo governo federal, e nós vamos sofrer por mais cinco, dez anos.

Temos é que buscar uma parceria com a Casan, que é a concessionária que abastece a água no Município, que investiu, hoje,

na cidade de Laguna aproximadamente R\$ 44 milhões, e se ela investiu R\$ 44 milhões, ela pode investir mais R\$ 7 milhões, R\$ 8 milhões. Esperamos que a Casan possa ser parceira da cidade de Laguna e assim buscarmos uma solução, pois chega desse povo sofrer, chega da nossa cidade ficar marginalizada nos meios de comunicação por pontos que não são recomendados ao banho, incluindo a Prainha do Farol.

Por isso, eu peço à diretoria da Casan, aos órgãos ambientais e aos Deputados para que possamos sair, hoje, daqui com uma solução. A Casan vai fazer? Quando é que ela vai revisar o projeto? Quando é que vai licitar a obra? Quando vai iniciar a obra? Não podemos esperar mais.

Um abraço, boa noite a todos. (Palmas.)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL DEKA MAY – Quero somente fazer uma observação: o Deputado Valmir Comin, que me proporcionou dois meses na Alesc, ligou dizendo que é solidário e que na minha ausência ele vai apoiar qualquer tipo de iniciativa. Vocês podem contar com o Deputado Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Fernando Vampiro) – Obrigado, Deputado Deka May. O Deputado Comin também é um grande parceiro nosso.

Depois eu vou passar a palavra à APA, para o Mauro, etc., e ao final faremos o encaminhamento. Já temos alguma coisa em andamento, mas obviamente que essa mesa vai apraziar algumas responsabilidades, pois isso é o fundamental desta audiência pública.

Passo a palavra ao senhor Kleber Roberto Lopes Rosa, Keke, Vereador de Laguna.

O SR. VEREADOR KLEBER ROBERTO LOPES ROSA, KEKE (Laguna/SC) – (Cumprimenta os integrantes da mesa e os demais presentes.)

Eu queria falar aos pescadores, meus amigos... nesses três anos na Câmara de Vereadores a gente lutou muito, porque queriam acabar com tudo de bom que Deus deu para nós, que foi essa região, mas a gente breçou uma coisa muito ruim que eles queriam fazer lá dentro, eles queriam rasgar a lei orgânica do Município, onde fala em meio ambiente.

O Batista me conhece e sabe que estou há trinta anos lutando pelo meio ambiente. Eu queria falar para o Paulo Meller - ele falou muito bem, e foi uma das pessoas que falou no ano de 2018 – que os pescadores, que os turistas e nós que vivemos em Laguna não podemos esperar até 2018, que na próxima temporada o Farol não pode estar com esse esgoto, com esse cheiro horrível. Neste ano vim aqui apenas uma vez - sou comerciante em Laguna, trabalho todos os dias - e fiquei envergonhado em ver o esgoto na praia, também fico envergonhado quando eu vejo o esgoto na nossa praia em Laguna.

Quero pedir ao Prefeito, ao nosso Secretário Mauro, que está presidindo esta audiência, e ao nosso secretário de planejamento para colocar a fiscalização aqui. Vamos fiscalizar. Os nativos, os pescadores, não podem ser prejudicados, Vampiro, pelo progresso, Deus deu tudo de bom para nós, e não somos nós quem vai estragar. É urgente encontrarmos uma solução. Me desculpe, Paulo, mas nós não podemos esperar até 2018. A próxima temporada está aí e é vergonhoso descer o morrinho e já sentir catinga de cocô. Os pescadores e os nativos não querem que o progresso trouxesse cocô para o Farol; eles querem, sim, o progresso, mas um progresso que dê uma boa qualidade vida.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Fernando Vampiro) – Passo a palavra ao senhor Wilson Darella, residente no Farol de Santa Marta.

[Taquígrafo-Revisor: Eduardo Delvalhas dos Santos][Taquígrafa-Leiturista: Jacqueline de O V Bitencourt]

O SR. WILSON DARELLA — Boa noite a todos. Queria cumprimentar o Deputado Vampiro pela iniciativa de trazer a Assembleia Legislativa de Santa Catarina para o Farol de Santa Marta para tratar de um assunto que atinge a todos nós. O Deputado Vampiro tem sido um amigo da comunidade, e a gente espera, Deputado, sempre continuar contando com a sua grande ajuda.

Na minha fala eu gostaria de levantar um dos tópicos do Vereador que me antecedeu. Eu acho, Paulo, que não dá para tolerar essa situação até 2018. O Farol hoje está mais ou menos assim: o turista que vai almoçar na Prainha, por exemplo, ou num daqueles restaurantes, se naquele momento ele tiver o azar de ter um vento Nordeste, ele lamentavelmente vai almoçar com cheiro de cocô, como disse aqui o Vereador que me antecedeu.

E para infelicidade dos comerciantes, dos moradores do Farol, dos pescadores que alugam casas, essas pessoas não voltam ao farol, é uma visita muito rápida, lamentavelmente. Eu digo lamentavelmente porque o Farol é cantado em verso e em prosa em propagandas do governo do Estado, em propagandas nacionais da Embratur. E o Farol sempre foi esquecido, eu não sei o que tem, Prefeito, que o Farol sempre foi esquecido, eu não sei o que o povo de Laguna tem contra o Farol, parece que ele não é de Laguna porque aqui historicamente sempre nos esqueceram. É a estrada, a saúde e o saneamento básico, tudo é esquecido.

Eu queria aproveitar, Deputado Vampiro, eu sei que é uma audiência específica para tratar do saneamento, mas como várias pessoas trataram da questão fundiária, da questão da regularização e da estrada, eu queria aproveitar, Prefeito, para indagar o senhor

publicamente — porque eu sempre tenho ido ao seu gabinete e tenho cobrado do senhor — sobre a melhoria da nossa estrada.

Queria nesta audiência, se for preciso, lavar a roupa suja. Mas a gente quer saber: primeiro, por que essa estrada não continua até aqui? Segundo, por que contrataram uma empreiteira quebrada e falida que não soube assentar um paralelepípedo sequer? Está tudo muito malfeito. E outra questão é que, a meu ver é importante pela presença do doutor Daniel, o Prefeito sempre me coloca que não pode arrumar a estrada porque senão o Ministério Público vem para cima dele porque essa é uma estrada estadual.

Prefeito, ao longo dos anos bem ou mal, a conservação dessa estrada antes exigia uma intervenção na balsa até o Farol, e hoje só tem um trequinho. Só que você leva muito mais tempo nesse trecho do que para ir para a balsa. Você leva de 15 minutos a 20 minutos para atravessar isso, e leve 7 minutos até a balsa.

Diante disso, Prefeito, e na presença do Procurador da República, eu gostaria que houvesse uma sintonia entre as instituições para que o povo não continuasse prejudicado, porque eu acho que uma patrula ali é uma coisa extremamente simples.

O terceiro ponto diz respeito à questão fundiária, como foi colocada aqui. Quero dizer que, ao longo dos anos, por *n* motivos, eu estudei legislação do Município de Laguna, estudei a Lei Orgânica do Município, e estranhamente gestões anteriores à atual vieram proposadamente dizendo que a Área de Preservação Permanente — não a edificante porque você não pode pregar um prego — é todo o Farol de Santa Marta.

Você tem um engenheiro lá, Prefeito, sob a sua direção, que tem esse entendimento, e é um entendimento que eu acho que beira até a má fé. Por quê? Porque todos os pescadores aqui sabem onde é o cabo de Santa Marta grande e o cabo de Santa Marta pequeno.

O cabo de Santa Marta pequeno, é a Galheta; o Cabo de Santa Marta grande, infelizmente, por si só, uma foto já mostra tudo, o cabo é aquela parte do Farol, lá é a Área de Preservação Permanente, mas infelizmente lá nós temos o cemitério, a escola que todos nós precisamos, e temos muitas casas. Eu acho que tem que haver uma coisa com o Ministério Público, tem que haver um entendimento para a solução desse problema.

Só pela ocasião de poder tratar esse assunto publicamente, o doutor Daniel agora me comunicou que existe um estudo, parece-me de um geólogo, que está chegando as suas mãos tratando sobre esse assunto, o que é Área de Preservação Permanente definida pelo artigo 129 da Lei Orgânica do Município. É todo o Farol? Prefeito, se for todo o Farol, eu lamento dizer que então o senhor teria que indenizar todas as casas, tudo o que tem aqui, e nós vamos morar em outro lugar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Fernando Vampiro) — Doutor Darella, além de passar o tempo, a gente está com uma audiência específica. Eu acho que são muitas as indagações. (Palmas.)

Eu fui citado em duas oportunidades. Quero dizer que eu tenho conhecimento que existe um projeto da estrada estadual, e a comunidade naquele momento não quis a pavimentação asfáltica da SC-100, foi um desmembramento. E aí ganhou a licitação uma empresa quebrada, como você falou, e abandonou a obra.

E agora a licença ambiental para execução de pavimentação asfáltica saiu, só que, quando a empresa foi retomar as obras e o processo licitatório, já tinha todo o levantamento topográfico da área. Obviamente, quem conhece o Farol de Santa Marta sabe que com o vento nordestão você coloca uma estaca e daí em três meses sumiu tudo. Então, foi contratada pelo governo de Santa Catarina uma empresa de topografia para fazer o levantamento do projeto não só da entrada do Farol de Santa Marta de pavimentação asfáltica, como também a urbanização desse trecho que margeia o condomínio e toda aquela localidade — o Mauro Candemil está me relatando de propriedade.

E a manutenção da estrada não é com o Ministério Público Federal — já estou respondendo porque eu também sou advogado — é com o Ministério Público Estadual. Eu acho que o Prefeito não pode colocar, mas pode haver uma conversa com o Ministério Público Estadual porque a rodovia está na jurisdição do Estado de Santa Catarina. Então, a responsabilidade é do Estado de Santa Catarina. Depois, acho que o Mauro Candemil pode falar com mais propriedade — já estou avançando aqui na resposta.

E no que tange à relação fundiária, depois o doutor Daniel poderá responder, creio eu.

Passo a palavra ao senhor João Batista Andrade, presidente da ONG Rasgamar, por até três minutos.

O SR. JOÃO BATISTA ANDRADE — Boa noite a todos os presentes.

Queria agradecer o Deputado Vampiro pela importante reunião de certa forma uma coisa futurista. Conheço o Deputado da época do *surf*.

Eu, nativo do Farol, acho que a Rasgamar foi uma das instituições mais chatas, trazendo a situação do Farol à tona desde a década de 1980. Uma coisa que me conforta hoje é que nós saímos daquela situação cômoda de fazer ou não fazer. Agora é obrigado a fazer, tá feio para Santa Catarina. Com essa situação de Florianópolis, do norte do Estado e tendo o Farol de Santa Marta incluído quinze vezes esse ano, no ano passado a praia foi considerada imprópria para banho, quantos turistas nós perdemos e continuamos perdendo. Portanto, além de fazer o saneamento depois tem que recuperar a imagem do lugar.

Então, Deputado Vampiro, em Florianópolis tá havendo a mesma discussão proposta pela Assembleia, e tá saindo como encaminhamento a criação de fóruns de discussões entre instituições, órgãos ambientais, Ministério Público e Casan para a sociedade conhecer e participar de qual é o projeto que a Casan vai querer implantar no Farol de Santa Marta. Nós queremos saber qual o projeto. Como vai ser feito o projeto? Onde vai ser colocada a estação de tratamento, as estações elevatórias? A comunidade tem que participar desse fórum, e não vir uma coisa pronta feita no gabinete e chegar aqui e começar a estourar a rua. É claro que todo mundo tá querendo saneamento, isso é indiscutível. Agora de que forma vai ser feito esse saneamento? Como nós vamos fazer? Porque não adianta, como os representantes da Casan e da Funasa alegaram, a gente vai fazer o projeto, mas esse projeto tem que se sustentar.

Se forem estações de tratamento individual, a comunidade vai pagar. Se for uma megaestação, a comunidade também vai pagar. Quanto que nós vamos pagar? Importante a sociedade e a comunidade do Farol ficarem sabendo quanto vão pagar, e não forem pegos de surpresa de como vai ser feito o saneamento básico no Farol.

A Unesc participou de uma pesquisa durante três anos com a gente aqui na comunidade, e os professores falaram o seguinte: o Farol é morro, e a comunidade poderia aproveitar a gravidade e tratar o esgoto porque você puxa a descarga aqui em cima e a água desce. Dessa maneira, não precisaria de uma grande estação, de megarecursos. Nós poderíamos tratar o esgoto individualmente ou em pequenas estações coletivas, mas isso não é um fato para discutir agora. [Taquígrafa-Revisora: Ana Rita M. de Souza][Taquígrafa-Leiturista: Jacqueline de O V Bitencourt]

Eu acho que o fórum de discussão vai abrir o debate na comunidade e a gente vai saber como vai ser o projeto, onde serão as estações de tratamento e o número de pessoas beneficiadas. São coisas simples. Agora, se não for criado o fórum, Vampiro, que tu fiques responsável por pegar esse projeto que está na Casan e por trazer esse projeto para a gente discutir aqui no Baiuka mesmo, que o lugar é estruturado, pode ser no salão paroquial, mas que a gente saiba que tipo de projeto a Casan está fazendo para o Farol de Santa Marta, porque daqui a pouco sairá o projeto, os órgãos ambientais não deixarão executar e ainda dirão que foi a Rasgamar que não deixou executar. Assim como foi com a estrada; não chegou estrada no Farol não foi por causa da Rasgamar. Nós estamos ali interferindo na última fonte de água potável que nós temos. Não foi por causa da Rasgamar, mas por causa das licenças ambientais.

Além do saneamento básico, Vampiro, tem que colocar nesse fórum de discussão a água, por que se nós formos tratar o esgoto do Farol ali embaixo, nós vamos tratar o esgoto na frente da nossa fonte de captação. Então, nós temos que entender o processo.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Luiz Fernando Vampiro) – Registro a presença do senhor Elder Mendonça; do senhor Grilo Mendonça; do senhor Toni Alécio; e do senhor Flávio Locks.

Passo a palavra à senhora Maria Aparecida dos Santos Ramos, presidente da União das Associações de Pescadores da Ilha (Uapi);

A SRA. MARIA APARECIDA DOS SANTOS RAMOS – Boa noite a todos e a todas.

Eu quero dizer aqui, Deputado Vampiro, que é muito importante que vocês sentem para discutir o que é prioridade dentro da comunidade do Farol de Santa Marta. Não que a gente não fez já vários encaminhamentos, porque isso a gente pode constatar até com a Grazielle que era Secretária de Planejamento, porque ela sempre nos falava: o meu pai pode ajudar a desenvolver o Farol. Hoje nós estamos vendo aqui a pessoa de quem a gente tanto falava nas nossas reuniões.

Eu acho que o importante não é a gente colocar aqui uma data, porque iremos adequar um projeto que já existe. Não é que a gente vai colocar uma data e que seja urgente, não! Não é que a gente esteja concordando que seja em 2018, não! A nossa associação sempre colocou nas nossas reuniões e aqui pede que tenha prioridade de encaminhamento. Então, em nome da nossa associação, em nome de todos que estão dentro da Uapi, que o Farol seja tratado com carinho, com respeito, com a máxima urgência para que ele se desenvolva.

O importante de tudo isso, como a Uapi sempre diz, é nós entendermos o que está acontecendo. Foi assim na SC-100, está sendo assim no ramal do Farol, e entendemos também que esse deve ser outro ponto a ser sempre dialogado com a comunidade. Que aqui seja, Deputado Vampiro, o início, mas que possamos sentar novamente em outras situações porque dependemos, sim, de um encaminhamento que garanta a sustentabilidade de todos.

Eu queria dizer que os pescadores artesanais tem uma preocupação muito grande dentro da nossa região. Em muitas horas, quando alguém precisa fazer a sua casa ou aumentar a sua casa... a gente diz isso com respeito às autoridades, mas também aos pescadores, nós precisamos achar caminhos que garantam a sobrevivência dos pescadores artesanais, sim! Dos nativos, sim! Com uma concordância: temos que exigir encaminhamentos de sobrevivência às pessoas que rodeiam essas comunidades.

Nós somos favoráveis à sustentabilidade. Procurador, o progresso tem que ser sustentável. Nós temos que ter aqui a

sustentabilidade das comunidades, garantir que venha o desenvolvimento consciente para a nossa região.

Então, da nossa parte, nós queremos dizer que somos favoráveis a todos os encaminhamentos, queremos participar e acreditamos que esta foi uma iniciativa muito importante que a comunidade vai ajudar a construir.

Obrigada a todos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Luiz Fernando Vampiro) – Feito o pronunciamento democrático de todos aqueles que se inscreveram, eu agora passo a palavra ao senhor Miguel Von Behr, analista ambiental e arquiteto, representando a APA da Baleia Franca/ICMBio.

O SR. MIGUEL VON BEHR – Boa noite a todos, eu agradeço o convite e parabênz, em nome do Deputado, esta iniciativa da maior importância. Cumprimento as autoridades e a comunidade.

Eu vou ser objetivo porque foram colocadas muitas questões importantes.

Em relação à APA da Baleia Franca, como todo mundo sabe, a região está inserida dentro da APA da Baleia Franca. Nós estamos agora começando a fazer o plano de manejo da unidade de conservação, com estudos, levantamentos, e com certeza a comunidade vai participar desse processo, está dentro da metodologia.

Eu gostaria de colocar algumas questões aqui. O que o João Batista colocou aqui eu acho muito importante, eu acho que essa questão da localização da estação de tratamento tem que ter um licenciamento ambiental para estar dentro de uma unidade de conservação, dentro da APA da Baleia Franca. Lógico, não só por causa disso, mas ela tem que ter licenciamento.

Eu acho que o projeto, como o Paulo falou, tem que ser readequado, ele está desatualizado, e acho que é uma oportunidade para esse projeto ser discutido com a comunidade, ser colocado à disposição, ser construído em conjunto com a comunidade, adequando esse projeto com relação à questão ambiental, à localização, à captação de água da região, que é fundamental, e concordo que não dá para isolar o saneamento sem ver a questão da água.

Quero colocar que o ICMBio e a APA da Baleia Franca, como sempre estiveram, estão totalmente à disposição para discutir isso. Nós temos um conselho consultivo atuante, e estamos à disposição para contribuir, para resolver esse problema do saneamento básico da região.

Quero ainda falar que é importante essa iniciativa, contem com o nosso apoio, e se for criado algum grupo de trabalho, alguma comissão, a APA da Baleia Franca está à disposição.

O mais importante, Deputado, é a vontade política, que hoje está bem colocada.

A última coisa que eu queria colocar é que eu conversei com o meu chefe antes de vir para cá. Hoje existe uma dificuldade para conseguir recursos para fazer uma obra destas, ainda mais numa região tão sensível ambientalmente como esta região. Então, o que a APA pode... lógico, a APA não tem recursos para fazer uma estação de tratamento, nem é competência dela, evidentemente, mas sendo um projeto tecnicamente bem elaborado, com a participação da comunidade, para a comunidade saber como será o projeto, como muito bem colocou o João Batista, a APA da Baleia Franca pode, além do processo de licenciamento necessário, se manifestar positiva e oficialmente em relação à importância que essa obra tem para a comunidade, para a qualidade de vida e para a sustentabilidade da região. (Palmas.)

Então, com um documento desse eu tenho certeza que, lógico, isso não vai ser determinante para buscar os recursos onde quer que eles estejam, mas eu acho que vai contribuir muito para ter um respaldo político, principalmente técnico de que a obra da estação de tratamento do Farol de Santa Marta é viável ambiental e socialmente, desde que ele seja participativo, tecnicamente bem elaborado e com licenciamento ambiental bem inserido.

Mais uma vez parabéns e nos colocamos à disposição. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Luiz Fernando Vampiro) – Muito obrigado, Miguel, pela participação, assim nós vamos encontrando algumas soluções e derrubando algumas barreiras burocráticas para o nosso encaminhamento.

Com a palavra o senhor Mauro Vargas Candemil, Secretário Executivo da Agência de Desenvolvimento Regional de Laguna, representando o Governador do Estado Raimundo Colombo.

O SR. SECRETÁRIO EXECUTIVO MAURO VARGAS CANDEMIL (Laguna/SC) – O meu boa-noite, meus cumprimentos ao Presidente desta audiência e às demais autoridades.

O objeto é saneamento, não é a minha praia com relação a minha missão na Agência de Desenvolvimento Regional, mas preciso responder ao cidadão que diz que o governo não olha para o Farol.

Poxa, gente! Desde que eu assumi, de 2007 a 2010, como Secretário Regional, a primeira iniciativa que tive com a primeira visita do Governador Luiz Henrique foi abrir a barra do Camacho e autorizar a construção do asfalto da balsa até o Camacho, onde eu já tinha pedido ao Deinfr, na gestão do Meller, que era presidente do Deinfr, que duplicasse aquela ponte, porque era ideia nossa que se aguardasse a duplicação da ponte porque o asfalto ia sair. Dois anos levamos para convencer as autoridades ambientais a liberarem esse asfalto, e o recurso que nos foi disponibilizado era para levar asfalto até aqui, que

poderia estar pronto. Mas, não vamos discutir agora o porquê do asfalto não sair naquela época.

Agora, houve um edital de licitação legal, de acordo com as imposições legais, e a empreiteira ganhou a concorrência por uma pavimentação escolhida em paralelepípedo - não sei se aquilo é paralelepípedo, parece muito mais pedra de ponta do que paralelepípedo. Nós, engenheiros, sabíamos que também não iria funcionar se essa empresa fosse adequadamente competente e com capacidade de executar aquele projeto que foi aprovado e licitado. Se não vocês teriam todo aquele calçamento daquela maneira que está lá. Ao retornar, agora como Secretário Regional, conseguimos a aprovação do Governador Colombo, já se tem recursos garantidos, o projeto está em desenvolvimento, precisou ter um atraso do projeto em função de fazer um levantamento topográfico para ver a planimetria do terreno, como ficou, se está adequado para receber o asfalto.

Não tenho fugido, não é, Cida e representantes da região? Para todas as reuniões que eu tenho sido convocado eu tenho comparecido para posicionar vocês sobre o andamento de todos os projetos que representam esta região.

O projeto está em execução, o recurso está garantido, atrasou um pouco porque a Fatma teve 32 condicionantes ambientais a mais, e a gente tem que obedecer. Não tem como fazer um edital ou desenvolver um projeto sem as exigências ambientais. Tudo isso sempre promove atraso, mas o importante é ter a vontade do governo e os recursos disponíveis. Queremos ver se no próximo verão isto aqui já está asfaltado.

E no passado? O governo nunca olhou para vocês? Isso aqui era uma cooperativa, postes podres, fios apodrecendo, se encostando, transformadores estourando, e sem iluminação. Como diretor da Celesc, eu iluminei toda esta linha, troquei todos os postes, todos os transformadores, todos os fios daqui. E ainda, de 2008 a 2009, nós fizemos um alimentador que veio de Capivari até aqui a Cigana para dar garantia de energia elétrica para vocês, para o crescimento. Podem ligar qualquer coisa que a energia sempre estará disponível.

E recentemente nós conseguimos o recurso para a tão sonhada dragagem do Rio Carniça num evento que já fizemos ali, o edital já foi lançado por R\$ 8 mil, sem contar que vocês estavam com condições inadequadas e inapropriadas para a escola de vocês, e conseguimos na minha gestão fazer uma nova escola para o Farol.

Então, o Farol não foi abandonado pelo governo, como também não vai ser, de acordo com a exposição que foi feita aqui pelos Deputados, pelo Prefeito e pelo Diretor de Operação da Casan. É questão somente de tempo. Qual o tempo melhor para vocês? O ano de 2018 pode ser tarde, concordo. Quem sabe com a contribuição do Prefeito, da Funasa, da própria diretoria da Casan e nossa, convencemos as autoridades a anteceder esse prazo?

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Luiz Fernando Vampiro) – Estamos finalizando e eu agradeço a todos que continuam atentos. Isso mostra a magnitude e a importância do assunto. Isso é de suma importância.

Eu gostaria de parabenizar o Tenente-Coronel Jefer Fernandes pela Operação Veraneio. Ele foi requisitado a estar aqui na comunidade numa oportunidade. Eu gostaria de agradecer a ele pela ótima Operação Veraneio que tivemos aqui no Farol de Santa Marta, ele tem se esforçado bastante.

Então, passo a palavra ao Tenente-Coronel Jefer Fernandes, Comandante da Guarnição Especial da Polícia Militar de Laguna.

O SR. TENENTE-CORONEL JEFER FERNANDES – Boa noite a todos. Eu cumprimento as autoridades, agradeço o Deputado Vampiro pela deferência.

Eu trabalhei sete anos e oito meses na Polícia Ambiental. Boa parte das pessoas me conhece de lá. Não sou técnico para entrar nas questões de modelo de estrutura de saneamento para o Farol de Santa Marta. Mas esse tempo em que estive na Polícia Ambiental, me deu experiência para discutir alguns assuntos de vocês, e até nas reuniões de pescadores eu fazia questão de estar presente. Conversava muito com a dona Cida, com o Arsênio, com o Elder, com o Batista.

Mas vocês vão ter que entender que o Farol de Santa Marta chegou num limite. Nós estamos numa situação de colapso. Desde quando eu entrei na Polícia Ambiental, várias vezes ocorreram intervenções da Polícia Ambiental aqui principalmente por parte de construções irregulares, e mesmo com as intervenções, com os embargos, com a apresentação dessa situação ao Ministério Público estadual e federal e ao Judiciário as coisas continuavam a acontecer.

E quem constrói aqui somos nós! É o pessoal do comércio, o morador, enfim. Nós estamos querendo estruturar mais ainda as nossas habitações, nossas unidades comerciais e habitacionais, principalmente pela questão do turismo, que é forte na região. Realmente o Farol de Santa Marta se destaca nacionalmente. Em todos os Estados, eu participava de simpósios sobre Polícia Ambiental, todo mundo perguntava sobre o Farol de Santa Marta. Se nós tivermos uma visão daqui para a praia, a visão é magnífica; mas da praia para o Farol, a visão demonstra desorganização. Se vocês baterem uma foto da costa, da encosta do morro, onde tem a maior concentração de unidades habitacionais e comerciais, vocês vão ver aquelas que estão rebocadas, aquelas que estão pintadas e aquelas que estão em tijolo à vista, as ampliações. Estamos sempre ampliando. Há necessidade do

comércio, da exploração, eu sei disso. São unidades que são projetadas para comportar uma família de duas, três, quatro pessoas, mas quando chega o verão todo mundo aluga suas unidades, e o sistema entra em colapso, e fica muito difícil fazer um dimensionamento do sistema.

Esse não é só o modelo do Farol de Santa Marta, em Laguna há muitas ocorrências de perturbação do sossego, porque uma casa projetada para uma família de oito pessoas, o cidadão aluga para quinze, vinte pessoas e vai passar o verão dele num local retirado, mais sossegado, mas deixa a casa alugada, causando um impacto na vizinhança.

O Farol de Santa Marta nessas questões é semelhante. Toda vez que se faz uma ampliação se instala pontos de água que requerem esgotamento, vaso sanitário, e a gente verifica que tudo isso é lançado na nossa praia.

Então, eu só deixo essa questão para os senhores e senhoras refletirem, porque as críticas, eu vejo que todas são muito bem colocadas, construtivas, com o objetivo de melhorar o Farol de Santa Marta.

Eu parabeno a iniciativa dos Deputados Gean e Vampiro e de todas as pessoas que estão aqui, a sensibilidade do doutor Daniel com essas questões, só que nós vamos ter que participar. Não adianta nós termos um exército de fiscalização se não há educação do povo. Nós temos que começar a nos fiscalizar, ninguém quer se meter na vida de ninguém, mas temos que nos fiscalizar, senão isso aqui vai entrar em colapso. Daqui a pouco nós vamos ter investimento de saneamento e vai entrar em colapso porque a coisa vai crescendo desorganizadamente. Era o que acontecia com a pesca na lagoa. Não é que a polícia era contra determinadas situações de pesca na lagoa. O pescador tem que entender qual é o modelo que ele quer. Ele quer aquele modelo que de condições, que a pesca continue ou simplesmente vão acabar com a população do pescado?

Deixo essas reflexões para os senhores. Muito obrigado, vamos continuar nos esforçando com a questão da segurança aqui no nosso Farol de Santa Marta, temos projetos para reforma e melhoria da nossa base operacional. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Fernando Vampiro) – Com a palavra o senhor João Alberto Schmitz Filho, da Pousada Baiuka.

O SR. JOÃO ALBERTO SCHMITZ FILHO – Boa noite a todos. É um prazer receber vocês aqui na nossa casa, agradeço a presença de todos, especialmente da minha comunidade, sem vocês a gente não pode lutar.

O Farol pede socorro, a gente está no ápice, a ponto de explodir uma bomba.

Eu acho que mais importante, não só sair com a solução do problema, é a gente discutir qual a melhor forma de a gente poder tratar isso. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Luiz Fernando Vampiro) – Obrigado, João. [Taquiografa-Revistora: Sabrina Schmitz] [Taquiografa-Leiturista: Jacqueline de O V Bitencourt]

Esta audiência pública está sendo transmitida pela TV AL, pela Rádio Alesc e as taquiografias da Coordenadoria das Comissões estão fazendo os registros, dada a importância significativa desta audiência pública.

Nós teremos que fazer alguns encaminhamentos satisfatórios. A gente já tem mais ou menos o que fazer e já vou finalizar o processo.

Somente vou passar para o diretor de expansão e operação da Casan, que é o órgão que representa o saneamento e a água em Santa Catarina, e aqui é responsabilidade da Casan, o Paulo Meller, por dois minutos e, após, passo mais dois minutos para o Noi, da Fundação Nacional de Saúde.

Após isso, faremos o encaminhamento, com um pouco de prazo, uma pequena comissão vai fazer o acompanhamento deste processo. Não vamos burocratizar demais, mas eu assumo a responsabilidade de ficar socializando junto ao Prefeito, junto à equipe técnica da Casan; com o Bonetti, da Sul/Serra; com o gerente da Fatma, que também veio prestigiar e dar o seu aval, com o representante da Baleia Franca, para nós juntarmos esforços para desburocratizar esse processo, que não é um processo tão fácil de sair do papel, mas nós estamos aqui para isso.

Passo a palavra ao senhor Paulo Roberto Meller, diretor de Operação e Meio Ambiente da Casan, representando o diretor-presidente Valter José Gallina.

O SR. PAULO ROBERTO MELLER – Bem, sendo rápido.

Porque eu falei em final de 2017, início de 2018? Falei, justamente porque nós, da Casan - e quem trabalha com projeto e quem trabalha com licença ambiental sabe - sabemos que isso não é de uma hora para outra.

Você precisa - o cidadão lá de trás que falou - fazer audiências públicas para mostrar para a população o que é uma estação elevatória, o que é uma estação de tratamento, onde irá ficar e o porquê que deve haver. Então, as audiências públicas precisam ser feitas, e isso demanda tempo.

O que temos hoje é um projeto, que vamos receber da Prefeitura semana que vem, e nós vamos adequar, e isso demanda tempo, o projeto para a realidade da Casan, mas isso não interfere na questão Funasa, diga-se de passagem, vamos levar à Casan; precisamos adequar para questões da Casan. Aliado a isso, o projeto estando pronto, junto com audiências públicas.

Nós precisamos ouvir o ICMBio, nós precisamos ouvir a APA da Baleia Franca, que está aqui presente; nós precisamos ouvir o Iphan, precisamos ouvir o Ibama e precisamos ouvir a Fatma. Esses órgãos, todos juntos, precisam dar o de acordo, resumindo para vocês, para que nós tenhamos a licença ambiental para poder licitar a obra. Isso porque, pela norma e pela lei, você só pode licitar uma obra a partir da licença ambiental prévia de qualquer empreendimento.

Então quando eu falo que é no final de 2017, é que nós já estamos quase na metade de 2016; ou seja, o final de 2017 é daqui a um ano e meio e nós precisamos caminhar.

E aí eu quero dizer a todos: todos nós aqui queremos fazer o esgoto, mas todos nós queremos fazer o esgoto bem feito. Nós não podemos colocar a estação de tratamento de esgoto ao lado de onde nós fizemos a captação de água, não dá, não pode. Isso tem que ser discutido, tem que ser ouvido.

Então, é por isso que eu não tenho condições, seria uma indelicadeza da minha parte, ou mentir para vocês, se eu dissesse que nós poderíamos iniciar isto neste ano. Eu estaria mentindo e isso é uma coisa que eu não faço, mentir e enganar ninguém, porque nós conhecemos, nós sabemos o quanto é difícil você tratar dessas questões, principalmente naquilo que foi dito aqui, porque estamos no Farol de Santa Marta. Aqui é, entre aspas, algo diferenciado, e é verdade.

Nós temos que ter o bom senso de todos esses órgãos que eu falei, - o meu avô e o meu pai diziam que bom senso e caldo de galinha não fazem mal a ninguém -, porque que não adianta um órgão ambiental x dizer: eu libero, mas eu preciso da compensação ambiental y. Daqui a pouco um projeto de R\$ 5 milhões, R\$ 6 milhões, R\$ 7 milhões ou R\$ 8 milhões vai vir de R\$ 15 milhões ou R\$ 20 milhões, e aí inviabiliza o projeto. E isso já aconteceu em outras regiões do Estado. Então temos que estar todos aqui com o pé no chão.

Hoje nós temos um problema gravíssimo, todos nós temos, eu me incluo, ambientalmente falando, nós maltratamos o Farol de Santa Marta até ontem, nós todos. Eu me incluo, porque quando eu era guri eu vinha para cá. Nós maltratamos, ambientalmente falando, é verdade. Agora, aquilo que foi dito aqui, vamos dar uma basta e daqui para a frente vamos melhorar o que nós temos.

Então, resumidamente, quando eu falei aqui no final de 2017, eu estou falando tecnicamente, pois ninguém que trabalha com saneamento básico pode dizer que pode iniciar esta obra dentro de seis meses, não pode.

Eu conversei com o Prefeito, e a partir da semana que vem ele vai encaminhar uma cópia do projeto para a Casan, e nós vamos começar a adequar esse projeto. E aí, sim, vamos fazer todas as questões dos procedimentos legais e também com as questões de audiências públicas junto com vocês.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Luiz Fernando Vampiro) – Depois eu farei um resgate final dos encaminhamentos, porque tem que ficar registrado e tem que fazer parte da Comissão, onde sairá expediente, não tenho dúvida alguma, para o Governador e para o Vice-Governador, dos encaminhamentos que nós tratamos nesta audiência pública, bem como para a Comissão da Assembleia Legislativa.

Para os encaminhamentos, por mais dois minutos, passamos a palavra ao senhor Adenor Piovesan, o Noi, superintendente da Fundação Nacional de Saúde (Funasa/SC) em Santa Catarina.

O SR. ADENOR PIOVESAN (Noi) – Bem, pessoal, eu só queria frisar que hoje está me acompanham o engenheiro Fernando - que já foi engenheiro da Casan, que já trabalhou aqui nesta região e hoje está como engenheiro da Funasa - e o Nayglon Goulart, que é chefe do serviço ambiental da Funasa em Santa Catarina.

Acho que é preciso colocar algumas situações: Hoje a Funasa é uma instituição que fomenta, ou seja, que aloca o recurso para os Municípios executarem obras de esgotamento sanitário e outras ações que não vem ao caso, pois agora vamos tratar somente desta questão do esgotamento sanitário.

Nós temos uma parceria com a Casan muito forte, Paulo, nós sabemos disso, nós temos uma parceria permanente com os técnicos da Casan. Quando há condição da Funasa alocar recursos, a Casan coloca os projetos dentro da Funasa, porque pode utilizar esses recursos do governo federal para alocação dos recursos aos projetos. Quando há condição de a Casan fazer a obra por si só, pois obtém recursos através de outras fontes, a concessionária executada da sua forma, como ela bem entender. Mas nós temos essa parceria muito forte entre a concessionária e esta instituição que aloca recursos. Por quê? Porque o detentor do serviço é o Município e a concessão quem faz é a Casan. Então nós não podemos ter essas ações separadas.

E é verdade, sim, e quem falou isso aqui o falou com muita propriedade, embora todos queiram que as ações ocorram logo, que nós não temos como fazer um projeto com tanta rapidez. Na Europa se demora em média quatro anos para fazer um projeto e um ano para executar a obra. Aqui no sul nós temos quase sessenta milhões aplicados em obras em execução; nós temos sessenta obras de esgotamento sanitário sendo executadas pelos Municípios no Estado de Santa Catarina, sendo que a Casan é a concessionária da operação dos serviços de quase 80% dos Municípios, e nós trabalhamos em perfeita sintonia com os engenheiros da Casan e com os engenheiros da Funasa.

O Município, que busca esse recurso, faz a sua parte apresentando o projeto, seja na Casan ou na Funasa. Quando a

concessionária é a Casan, nós nos unimos todos para o bem do saneamento.

O Ministério Público tem nos ajudado muito também. Muitas ações e muitos entraves que nós tínhamos com relação ao saneamento - junto com o Ministério Público e junto com os órgãos de controle -, nós fomos aos poucos dirimindo, porque eram questões às quais nós não dávamos muita atenção até alguns anos atrás, mas agora começou a bater na porta todo dia e toda hora. Nesse momento em que a gente está falando, ele está correndo ali na praia, ele não está parado, está andando, não tem jeito.

[Taquígrafo-Revisor: Eduardo Delvalhas dos Santos][Taquígrafa-Leiturista: Jacqueline de O V Bitencourt]

Mas quero parabenizar os Deputados, o Deka, o Vampiro, o Gean, o Comin.

Todos nós queremos sim fazer aqui no Farol o mais rápido possível um bom projeto. Nós queremos que o projeto seja para nos ajudar quando for preciso, Paulo, ou que a Casan tenha essa autonomia, ela faz do jeito que ela quiser fazer porque ela busca recursos, é uma captadora de recursos também - a Casan muito mais do que a Funasa. Mas a gente tem um único objetivo, Iberê, é estamos sempre voltados especificamente para a questão do Farol.

Eu queria cumprimentar muito efusivamente o Deputado Vampiro, e dizer para ele que chame a Funasa, toda vez que assim desejar, aqui na região para que nós possamos, juntamente com qual dos órgãos estejam operando os sistemas nos Municípios, Mauro, estar presentes para contribuir e colaborar para o bem de todos. Que vocês comecem efetivamente o que é uma obra, o que é um esgoto, o que é um saneamento, como funciona a estação, para depois a gente ter tudo alinhado e que isso contribua com a qualidade de vida e as belezas naturais aqui dessa ponta tão linda do Brasil e de Laguna.

Um grande abraço. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Fernando Vampiro) – Obrigado, Noi, pela presença, pelos esclarecimentos e pela importância significativa da Funasa nesta audiência pública, o que engrandece e traz resolutividade ao problema.

Por mais trinta segundos, concedemos a palavra ao engenheiro Paulo Roberto Meller, que quer falar sobre tarifa.

O SR. PAULO ROBERTO MELLER – Como foi feita uma pergunta sobre a tarifa, eu gostaria de esclarecer que a Casan trabalha com 100% da tarifa de água. Ou seja, se você hoje paga R\$ 30,00 de água, você vai pagar a partir do momento que a estação estiver operando R\$ 30,00 de água mais R\$ 30,00 de esgoto, isso é no Estado todo. Essa pergunta foi feita para mim e eu gostaria de responder só para deixar claro para todos como funciona a tarifa de esgoto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Fernando Vampiro) – Obrigado, Paulo.

Eu gostaria de fazer um agradecimento — principalmente à comunidade do Farol que está aqui presente, não só os moradores nativos, os comerciantes, os pescadores, mas também aqueles que moram aqui e têm um carinho pela região, e estão sempre engajados nas causas sociais — e dizer da importância significativa desta audiência pública, que está sendo transmitida para todo o Estado de Santa Catarina, o que demonstra a importância significativa desse tema.

Querida cumprimentar os servidores da Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa por terem feito o registro das pessoas, os encaminhamentos e a divulgação tão importante desta audiência pública realizada no Farol de Santa Marta.

Acho que foi de suma importância, ninguém no Farol de Santa Marta perguntado aqui, seja na Praia do Cardoso ou na Praia do Meio, seja para o pescador ou morador, sabia de que forma estava a situação do saneamento básico no Farol de Santa Marta.

Nós descobrimos que teve um esforço do Prefeito fazendo o projeto e apresentando na Funasa. O projeto não foi acatado pelo Fundação Nacional de Saúde em virtude de que o Fundo só pode aportar recursos financeiros em Municípios abaixo de cinquenta mil habitantes. Como não havia ainda sido desmembrada a Pescaria Brava, o Município de Laguna teve um prejuízo forte nesse sentido, mas tem projeto.

O projeto está na Prefeitura. O encaminhamento aqui é que esse projeto saia da Prefeitura de Laguna e seja enviado ao engenheiro Paulo Meller, para a Casan fazer as adequações necessárias com a devida participação das etapas, e, Batista, que sejam realizadas audiências públicas para conhecimento da comunidade do projeto que está sendo finalizado.

Dentro desta audiência pública, nós temos importantes e significativas instituições: o Ministério Público Federal, através do doutor Daniel; a Fatma, através do seu coordenador Filipe Barchinski; a APA da Baleia Franca, que está aqui o Miguel, que podem acelerar o processo de liberação ambiental. A partir desse momento, sanadas essas etapas, um projeto pode ficar de posse da Casan, para que faça os devidos encaminhamentos de solução de recursos, como foi solicitado anteriormente pelo Prefeito, que seja também encaminhado à Caixa Econômica Federal, ao Banco do Brasil, e ao Fundo Jica, banco japonês. Enfim, que a Casan, que é a exploradora da água aqui, faça os encaminhamentos para obter recurso.

E paralelo a esse encaminhamento, o Noi se comprometeu a também levar o projeto para constar no Fundação Nacional de Saúde, em Brasília, podendo o recurso advir da forma mais rápida possível depois de tramitadas as licenças ambientais, e após a discussão do

projeto, o recurso pode vir da própria da Casan, ou de financiamento da Casan, ou do Fundação Nacional de Saúde.

Esses são os encaminhamentos. A partir de amanhã, nós já falamos com o Secretário e com a assessoria que faz o planejamento, esse projeto será encaminhado à Casan, projeto que estava parado aguardando os ajustes necessários, e os técnicos de lá farão o devido encaminhamento.

Em ata oportuna nós estaremos através de mobilização comunitária marcando uma audiência aqui para explicar o projeto, e aí na explicação dele pediremos a participação das entidades licenciadoras, ou seja, daquelas que são responsáveis pelo licenciamento ambiental, para que deem celeridade ao projeto para que possamos fazer o encaminhamento. E os Deputados Estaduais Deka May e Gean Loureiro, o Governador, o Vice-Governador, o Prefeito, enfim, aqueles que são autoridades constituídas pelo povo irem atrás. E essa é a minha função, essa é a nossa função, Deputado Deka, como Parlamentares, irmos até o Governador, Raimundo Colombo, e o Vice-Governador, Eduardo Pinho Moreira, depois de finalizado todo esse processo, para mais rapidamente vir até aqui fazer lançamento do processo de licitação.

Eu vejo que o doutor Daniel Ricken, Procurador da República, que aqui representa o Ministério Público Federal, deseja mais um tempinho, e concedo mais trinta segundos.

O SR. PROCURADOR DANIEL RICKEN — Gostaria de falar bem rapidamente. Agradeço mais uma vez a oportunidade de poder me manifestar.

Queria falar sobre dois pontos. Primeiro, o licenciamento ambiental anda rápido quando não precisa ser feito uma, duas, três vezes, faz-se uma vez o licenciamento bem feito, isso vale até para o projeto.

Segundo, não sei se vai ser encaminhamento da Assembleia, talvez ela entenda não ser pertinente ao tema, mas o Ministério Público não dissocia ordenamento urbano do Farol do saneamento básico. E havendo fundo perdido, havendo investimento — que não só a comunidade local, de Laguna e os visitantes estão pagando, mas toda a sociedade catarinense e brasileira — o Ministério Público vai fiscalizar e vai adotar as medidas cabíveis para que seja feito o ordenamento urbano.

De público eu vou convidar o Prefeito Everaldo para a gente discutir um cronograma de fiscalização e também de soluções pontuais. A gente - vai ter que esperar algum prazo para ter o saneamento básico, mas que soluções pontuais possam ao menos amenizar a atual situação.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Fernando Vampiro) — Obrigado.

Importante essa colocação do Procurador, que na verdade também dá um encaminhamento prático a outra situação muito pertinente ao Farol de Santa Marta as pessoas que querem fazer algumas ações em suas residências e não podem por não terem registro, nada nesse sentido, e muitas vezes estão dentro de numa área totalmente próprio para tal.

Quero agradecer a presença de todos, principalmente da comunidade; a Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa por fazer a primeira audiência pública de Santa Catarina no ano de 2016 fora da Casa. É a primeira audiência que acontece fora por um pedido pela emergência e urgência. Nós não fizemos esta audiência na alta temporada porque entendemos que poderia prejudicar o turismo e levar à tona uma informação que, de repente naquele momento, não seria oportuna. O momento oportuno para trabalhar é agora, é fora da temporada, por isso a gente convocou essa reunião às 17h para nós termos responsabilidade.

Eu, juntamente com o Deputado Deka May, com a Prefeitura, com a Casan, com os órgãos, também vou estar à frente de responsabilização do projeto, até porque conheço o Farol a longo tempo, conheço desde o sobrenatural, da figura carismática do João.

E a gente está entendendo que você não consegue tomar uma cerveja nem no Tribo, nem no Prainha, nem no Beira Mar, não consegue comprar no mercado do Helder, não consegue chupar um picolé porque você pega o vento nordestão ali. E o turista chega ali e fica infelizmente um dia, e no segundo dia se der para cancelar a pousada e ir para outra praia ele vai porque realmente a situação ficou caótica. Por isso, precisamos tratar esse tema com responsabilidade.

Eu me considero muito satisfeito com esta audiência pública, é a primeira que eu faço sobre saneamento básico. Fizemos uma audiência em Laguna acerca do terminal Pesqueiro, da pesca artesanal, porque eu sou membro da Comissão de Pesca e Aquicultura da Assembleia Legislativa.

Estou muito feliz pelo encaminhamento aqui, mas estou mais feliz ainda pela participação da comunidade que veio dar o recado para Santa Catarina e para o Brasil: o Farol de Santa Marta merece respeito e ele vai ter.

Não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a audiência pública. Um abraço a todos, uma boa-noite e muito obrigado. (Ata sem revisão dos oradores.) [Taquígrafa-Revisora: Ana Rita M. de Souza] [Taquígrafa-Leiturista: Jacqueline de O. V. Bitencourt]

DEPUTADO ESTADUAL GEAN LOUREIRO
PRESIDENTE DA AUDIÊNCIA PÚBLICA
DEPUTADO ESTADUAL LUIZ FERNANDO VAMPIRO
PRESIDENTE DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

*** X X X ***

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA.

Aos três dias do mês de maio do ano de dois mil e dezesseis, às nove horas, na Sala de Reunião das Comissões, sob a Presidência do Senhor Deputado Mauro de Nadal, com amparo nos artigos 131 e 134 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da 10ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição e Justiça, referente à 2ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura. Foram registradas as presenças dos seguintes deputados: José Nei Ascari; Silvío Dreveck, João Amin, Luciane Carminatti, Marcos Vieira, Valdir Cocalchini e Nilso Berlanda, em substituição ao Deputado Narcizo Parisotto, que entrou em licença médica no período do dia vinte e sete de abril a vinte e cinco de maio do ano corrente. O Deputado Ricardo Guidi justificou sua ausência. Havendo quorum regimental, o senhor **Presidente** iniciou a reunião, destacou a presença da senhora Lorena Starke Schmidt, Presidente da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Blumenau (APAE Blumenau /SC), dos senhores: Júlio César de Aguiar, Presidente das APAEs, Zelito Antonio Silva, Vice- Presidente da Federação das APAEs, Eduardo Guimarães e Fernando Gregorio, representantes da Comissão de Negociação da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania. Na sequência o Presidente **Deputado Mauro de Nadal** submeteu à apreciação a Ata da 9ª Reunião Ordinária, que foi aprovada por unanimidade. O senhor Presidente relatou as seguintes proposições: **PLC/0001.8/2016**, de autoria do Governo do Estado que, institui o Plano de Carreira e Vencimentos dos cargos de Agente Penitenciário e Agente de Segurança Socioeducativo do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania (SJC) e estabelece outras providências, exarou parecer favorável com emendas modificativas que, posto em discussão, foi cedido vista em gabinete a todos os deputados da comissão. **PL./0035.1/2016**, de autoria do Governo do Estado que, institui o Tratamento Favorecido e Simplificado para o Microprodutor Primário do Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências, exarou parecer favorável com emendas modificativas, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O senhor Presidente destacou a presença do deputado Dirceu Dresch que acompanhou os trabalhos da comissão. Em seguida relatou: **MSV/00469/2016**, e autoria do Governo do Estado, que veta total o PL/0091/2013, de autoria da Deputada Luciane Carminatti, que altera a Lei nº 15.806 de 2012, que "obriga o Poder Executivo, por intermédio da Secretaria de Estado da Segurança Pública, a registrar e divulgar os índices de violência contra a mulher, no âmbito do Estado de Santa Catarina e adota outras providências", exarou parecer pela admissibilidade da matéria e posterior votação em Plenário, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **MSV/00470/2016**, de autoria do Governo do Estado, que veta total o PL/0114/2014, de autoria do Deputado Carlos Chiodini, que institui a Ouvida sem Dano para crianças vítimas de abuso sexual ou violência, nos órgãos de proteção e defesa das crianças e adolescentes, exarou parecer pela admissibilidade da matéria e posterior votação em plenário, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **MSV/00471/2016**, de autoria do Governo do Estado, que veta total o PL/0391/2015, de autoria do Deputado Luiz Fernando Vampiro, que institui o Selo Empresa Amiga da Terceira Idade para empresas estabelecidas no Estado de Santa Catarina, exarou parecer pela admissibilidade da matéria e posterior votação em plenário, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **MSV/00472/2016**, de autoria do Governo do Estado, que veta total o PL/0036/2015, de autoria do Deputado Aldo Schneider, que isenta as pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos do pagamento para utilização de banheiros públicos no Estado de Santa Catarina, exarou parecer pela admissibilidade da matéria e posterior votação em plenário, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **PEC/0001.0/2016**, de autoria do Deputado Gelson Merisio e outros que, dá nova redação ao art. 155 da Constituição do Estado de Santa Catarina, exarou parecer favorável, que posto em discussão, foi apensado a PEC/0002.0/2016, em cumprimento ao Parecer de fls. 7/10. **PEC/0002.0/2016**, de autoria das Câmaras Municipais, que altera o inciso I do §2º e do §3º, do art. 155, da Constituição do Estado de Santa Catarina, para o fim de estabelecer percentual mínimo de aplicação em ações e serviços públicos de saúde, exarou parecer favorável com emenda substitutiva global, que posto em discussão, foi cedido vista em gabinete a todos os deputados da comissão. O **Deputado João Amin** relatou as seguintes proposições: **PL./0503.8/2015**, de autoria da Deputada Ana Paula Lima que, proíbe a utilização de animais em circos no Estado de Santa Catarina, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por

unanimidade. **PL./0504.9/2015**, de autoria do Deputado Rodrigo Minotto, que dispõe acerca da obrigatoriedade de os hospitais públicos estaduais realizarem exames preventivos periódicos, exarou parecer contrário, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **PL./0093.0/2016**, de autoria do Deputado Cleiton Salvaro, que dispõe sobre o pagamento por meio eletrônico nos estacionamentos no âmbito do Estado de Santa Catarina, exarou parecer pelo apensamento ao PL./0048.6/2011, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **PL./0094.1/2016**, de autoria do Deputado Cleiton Salvaro, que obriga as empresas prestadoras de serviço de telefonia fixa e móvel, de TV por assinatura e de transmissão de dados via internet a oferecerem, aos consumidores com contratos em atividade, as mesmas condições para adesão aos novos planos e pacotes promocionais, exarou parecer pelo apensamento ao PL./0376.8/2015, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Deputado **Nilso Berlanda** relatou as seguintes proposições: **PL./0051.1/2016**, de autoria do Deputado Leonel Pavan, que denomina o Campus I da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), localizado em Florianópolis, de Campus Universitário Deputada Antonieta de Barros e adota outras providências, exarou parecer pelo diligenciamento ao autor do projeto, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **PL./0158.0/2015**, de autoria do Deputado Darci de Matos, que dispõe sobre a instituição da Carteira de Identificação do Paciente Bariátrico no Estado de Santa Catarina, define regras para sua emissão e estabelece outras providências, exarou parecer contrário, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Presidente destacou a presença do Deputado Natalino Lázare, que acompanhou os trabalhos da comissão. O Deputado **Valdir Cobalchini** relatou as seguintes proposições: **PL./0079.2/2016**, de autoria do Deputado Fernando Vampiro e outros(s), que institui a Tabela Complementar do SUS Nacional, para o fim de obtenção de prestação de serviços privados de pessoas físicas ou jurídicas na área da saúde e adota outras providências, exarou parecer pelo diligenciamento à Secretaria de Estado da Casa Civil e a Secretaria de Estado da Saúde, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **PL./0097.4/2016**, de autoria do Deputado Gean Loureiro, que dispõe sobre a obrigatoriedade de as empresas prestadoras de serviço fornecerem ao consumidor prévia informação acerca da identidade do executor do serviço, exarou parecer pelo diligenciamento à Secretaria de Estado da Casa Civil e ao Departamento de Defesa do Consumidor (PROCON/SC), que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **PL./0114.0/2016**, de autoria do Deputado Dalmo Claro, que denomina Senador Luiz Henrique da Silveira, a Escola de Ensino Médio Inovador localizada no Bairro Itinga, no município de Araquari, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **PL./0113.9/2016**, de autoria do Deputado Dalmo Claro, que denomina Senador Luiz Henrique da Silveira, a Escola de Ensino Médio Inovador localizada no Bairro Itajuba no município de Barra Velha, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **PL./0119.4/2016**, de autoria do Deputado Luiz Fernando Vampiro, que institui a Campanha Geração Atitude no Estado de Santa Catarina, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Devolução do voto vista do **PL./0097.4/2015**, exarou parecer favorável, concordando com o voto do relator Deputado João Amin, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria com voto contrário do deputado Silvío Dreveck. **A Deputada Luciane Carminatti** relatou a seguinte proposição: **PL./0448.7/2015**, de autoria do Deputado Luiz Fernando Vampiro, que institui o Projeto Escola Amiga dos Animais, no Estado de Santa Catarina, exarou parecer pelo diligenciamento à Secretaria de Estado da Educação e ao Conselho Estadual de Educação, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **MPV/00205/2015**, de autoria do Governo do Estado que, altera a legislação que trata dos fundos especiais que menciona e estabelece outras providências, exarou parecer favorável com emendas supressivas fls. 57/58 e fl. 80, que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. **PL./0048.6/2016**, de autoria do Deputado Kennedy Nunes, que denomina Vereador Djalma José da Conceição a Escola de Ensino Médio da Rede Estadual de Ensino, no município de Araquari, exarou parecer pelo diligenciamento ao autor do projeto, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e dos demais presentes e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Robério de Souza, Chefe da Secretaria, lavrei a Ata que, após lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala de Reunião das Comissões, 03 de maio de 2016.

Deputado Mauro de Nadal

Presidente

*** X X X ***

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA.

Aos vinte e seis dias do mês de abril de dois mil e dezesseis, às onze horas, na Sala de Reunião das Comissões, sob a Presidência do Senhor Deputado Serafim Venzon, com amparo nos artigos 131 e 134 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da 5ª Reunião Ordinária da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, referente à 2ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura. Foi registrada a presença dos Senhores Deputados Serafim Venzon, Fernando Coruja, Natalino Lázare, Dirceu Dresch, Rodrigo Minotto, Manoel Mota e Jean Kuhlmann. Havendo quórum regimental o Senhor Presidente abriu a reunião, agradeceu a presença dos Senhores Deputados; ato contínuo o Senhor Presidente submeteu à apreciação e votação a Ata da 3ª Reunião Extraordinária, que foi aprovada por unanimidade. Obedecendo a ordem de chegada, passou a palavra ao Senhor Deputado Dirceu Dresch que não tinha proposição para relatar; ao Senhor Deputado Fernando Coruja que passou a relatar o **PL/0054.4/2016** - de autoria do Senhor Deputado Gean Loureiro, que "Declara de utilidade pública o Conselho Comunitário do Córrego Grande, de Florianópolis", exarando parecer favorável, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; ao Senhor Deputado Natalino Lázare que passou a relatar o **OFÍCIO Nº 0024.5/2015** - de autoria de Entidade Social, que "Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Mutirão do Amor - Associação Beneficente, de Joinville, referente ao exercício de 2014", exarando parecer pela rejeição, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; ao Senhor Deputado Jean Kuhlmann que passou a relatar as seguintes proposições: **OFÍCIO Nº 0029.0/2016** de autoria de Entidade Social que "Encaminha documentação para a manutenção de título de reconhecimento de utilidade pública do Grupo Escoteiro do Mar Nova Ericeira, de Porto Belo, referente ao exercício de 2015", exarando parecer pelo diligenciamento, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **OFÍCIO Nº/0035.8/2016** - de autoria de Entidade Social, que "Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da União dos Escoteiros, em Florianópolis, referente ao exercício de 2015", exarando parecer favorável, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **PL/0572.0/2015** - de autoria do Senhor Deputado Valmir Comin, "Declara de utilidade pública a Associação Esportiva Cultural Detroit Floripa, de Florianópolis." exarando parecer favorável com Emenda Substitutiva Global, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **PL/164.9/2015** - de autoria Governador do Estado, que "Autoriza a alienação de Imóvel, por venda, no Município de Joinville, (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional)", exarando parecer pelo diligenciamento, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; ao Deputado Manoel Mota que passou a relatar as seguintes proposições: **PL/ 0578.5/2015** - de autoria do Senhor Deputado Patrício Destro, que "Declara de utilidade pública o Clube Assistencial Esportivo e Cultural Sombriense (CAESC), de Sombrio", exarando parecer favorável com Emenda Substitutiva Global, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **PL/0469.1./2015** - De autoria do Senhor Deputado Gelson Merísio, que "Declara de utilidade pública a Associação de Pescadores do Retiro da Lagoa, de Florianópolis", exarando parecer favorável, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Senhor Deputado Serafim Venzon, passou a relatar o **PL/ 0526.4/2015** - de autoria do Senhor Deputado Cesar Valduga, que " Altera a Lei nº 15.381, de 2010, que disciplina a nomeação para cargos em comissão no âmbito dos órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado e adota outras providências, para incluir os condenados civil ou criminalmente em situação de violência contra a mulher, a criança, o adolescente e o idoso." que colocado em discussão, foi pedido vista em gabinete pelos Senhores Deputados Fernando Coruja e Dirceu Dresch. Ato contínuo, o Senhor Presidente informou que no mês de maio, as reuniões da comissão seriam nos dias 10 e 24 por motivo do Calendário Especial das Sessões do Plenário. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e encerrou a presente reunião. E para constar eu, secretário da Comissão, Jero dos Passos Espíndola, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente será publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Deputado Serafim Venzon

Presidente

*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 142/16
Joaçaba-SC, 28 de abril de 2016
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de Joaçaba, referente ao exercício de 2015.

Reginaldo Tanello
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 11/05/16

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 143/16
Curitiba, 29 de abril de 2016
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Curitiba, referente ao exercício de 2015.

Ricardo Stangerlin
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 11/05/16

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 144/16
São Miguel do Oeste, 02 de maio de 2016
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Empresarial de São Miguel do Oeste (ACISMO), referente ao exercício de 2015.

Cesar Augusto Signor
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 12/05/16

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 145/16
Joinville, 09 de maio de 2016
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Sociedade Educacional de Santa Catarina, em Joinville, referente ao exercício de 2015.

Sandro Murilo Santos
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 12/05/16

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 660, de 12 de maio de 2016

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor EDSON DOS SANTOS FAGUNDES, matrícula nº 6020, de PL/GAB-80 para o PL/GAB-74, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 12 de Maio de 2016 (Gab Dep Ricardo Zanatta Guidi).
Carlos Antonio Blosfeld
Diretor de Recursos Humanos

*** X X X ***

PORTARIA Nº 661, de 12 de maio de 2016

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR da servidora MARIA DE LOURDES NASPOLINI, matrícula nº 7712, de PL/GAB-14 para o PL/GAB-23, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 12 de Maio de 2016 (Gab Dep Ricardo Zanatta Guidi).

Carlos Antonio Blosfeld
Diretor de Recursos Humanos

*** X X X ***

PORTARIA Nº 662, de 12 de maio de 2016

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: com fundamento no Ato da Mesa nº 174, de 30 de agosto de 2007,

DESIGNAR a servidora **JULIANA STADNIK DE LIMA**, matrícula nº 7212, para secretariar os trabalhos da Comissão Legal - Processo Administrativo, instituída pelo Ato da Mesa nº 230/2016, de 5 de maio de 2016.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 663, de 12 de maio de 2016

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO aos servidores abaixo discriminados:

Matr	Nome do servidor	Período Aquisitivo Quinquênio		Processo nº
2160	JULIO BARBOSA MATIAUDA	2/5/2011	1/5/2016	1168/2016
6852	LUIZ EDUARDO DE SOUZA	1/5/2011	30/4/2016	1133/2016
2133	SARA LONI LEEPKALN MEDEIROS	2/5/2011	1/5/2016	1167/2016
987	VERA LUCIA CRESPI	2/5/2011	1/5/2016	1153/2016

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 664, de 12 de maio de 2016

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015 e tendo em vista o que consta do Processo nº 1169/2016,

RESOLVE: com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER à servidora **ALMERINDA LEMOS THOME**, matrícula nº 4968, **LICENÇA-PRÊMIO** referente ao quinquênio compreendido entre 3 de maio de 2011 a 2 de maio de 2016.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 665, de 12 de maio de 2016

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,

INCLUIR na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

Nome servidor	Matr	Concedido Total		Vigência	Processo nº
		3%	27%		
JACY SIMAO	2491	3%	27%	4/5/2016	1165/2016
JULIO BARBOSA MATIAUDA	2160	3%	33%	1/5/2016	1163/2016
KELLY DALLA LANA	7378	3%	3%	2/5/2016	1149/2016
ONORINO DALLASTRA	3760	3%	6%	2/5/2016	1152/2016

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 666, de 12 de maio de 2016

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,

INCLUIR na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
ALMECI LAURINDO DE JESUS FILHO	4158	3%	3%	4/4/2016	1166/2016
EDUARDO DELVALHAS DOS SANTOS	4405	3%	12%	29/4/2016	1132/2016
JULIO CESAR MARTINS	3702	3%	15%	1/5/2016	1130/2016
MANUELLA GREGORIO WENSING	7373	3%	3%	2/5/2016	1148/2016

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 667, de 12 de maio de 2016

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde aos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
2038	ANGELA MARIA BACK KOERICH	60	2/5/2016	1225/2016
1873	CARMEN LUCIA MARIAN	10	27/4/2016	1224/2016
6573	ELIANE BOEING	10	3/5/2016	1222/2016
8173	ELAINE BOVEE	15	28/4/2016	1223/2016
1380	GERALDO MARQUES	5	26/4/2016	1221/2016
1152	JANDIRA LEONILDA MENEZES	20	22/4/2016	1220/2016
1178	JOYCE DOS SANTOS ALVES	15	3/5/2016	1219/2016
1413	LUIZ LEONIDAS LOPES	10	25/4/2016	1218/2016
4861	MARILDA ANTUNES DA CRUZ SOUZA	15	2/5/2016	1217/2016
2071	MARTA LUCIA MASSOLINI LIPPEL	1	26/4/2016	1213/2016
1872	ROSANA PIO SILVEIRA	4	26/4/2016	1216/2016
1030	ROSANGELA ROSA	15	1/4/2016	1215/2016
438	SALVIO ZULMAR DE SOUZA	30	30/4/2016	1214/2016

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 668, de 12 de maio de 2016

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

PRORROGAR LICENÇA para tratamento de saúde dos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
1842	BEATRIZ CAMPOS ELIAS ACORSI	60	3/5/2016	1233/2016
1114	HENRIQUE VAZ	60	31/3/2016	1232/2016
1437	IWANA LUCIA LENTZ	60	28/4/2016	1231/2016
1121	JOAO CARLOS DOS SANTOS	30	5/5/2016	1230/2016
2103	MARIA LUCIA FEDELI GONCALVES	90	4/5/2016	1228/2016

1101	MARCIA GONZAGA DE OLIVEIRA	60	28/4/2016	1229/2016
2021	MIGUEL DONIZETE BABY	120	3/5/2016	1227/2016
1163	SONIA REGINA DO AMARANTE ARRUDA	30	1/5/2016	1226/2016
1353	WALMA CORREA SANTA RITTA	90	3/5/2016	1234/2016

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 005.1/2016**

Dispõe sobre a conversão de licença-prêmio em pecúnia dos servidores titulares de cargo de provimento efetivo do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º A licença-prêmio de servidor titular de cargo de provimento efetivo do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa (ALESC) pode ser convertida em pecúnia, de caráter indenizatório, nos termos desta Lei Complementar.

Art. 2º A conversão de licença-prêmio em pecúnia, a requerimento do servidor, fica condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira.

CAPÍTULO II

DA CONVERSÃO DE LICENÇA-PRÊMIO EM PECÚNIA E DOS PROCEDIMENTOS

Seção I

Dos Meses de Licença-Prêmio Passíveis de Conversão

Art. 3º Poderão ser convertidos em pecúnia:

I - 1/3 (um terço) da totalidade dos meses de licença-prêmio integrantes do patrimônio funcional do servidor, desprezada a parte decimal do quociente, à razão de 1 (um) mês por exercício financeiro; e
II - a totalidade dos meses de licença-prêmio integrantes do patrimônio funcional do servidor, na data de publicação desta Lei Complementar, no caso de aposentadoria voluntária ou compulsória concedida a partir daquela data.

Parágrafo único. Para o efeito desta Lei Complementar, não serão consideradas as licenças-prêmio integrantes do patrimônio funcional do servidor, adquiridas anteriormente à publicação da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991.

Seção II

Do Usufruto de Licença-Prêmio

Art. 4º O servidor que perceber em pecúnia um mês deverá gozar dois meses de licença-prêmio para ter direito de requerer nova conversão, para efeito dos incisos I e II do art. 3º.

Seção III

Do Pagamento da Licença-Prêmio

Art. 5º O pagamento ao servidor enquadrado na hipótese do inciso I do art. 3º será efetuado no mês de seu aniversário.

Art. 6º Para o pagamento ao servidor enquadrado na hipótese do inciso II do art. 3º deve ser observado o seguinte:

I - até 6 (seis) meses de licença-prêmio serão pagos em parcelas iguais e sucessivas, à razão de uma por mês, a partir do mês seguinte ao de publicação do ato de aposentadoria; e

II - o saldo de licença-prêmio remanescente será pago à razão de um mês por exercício financeiro, a partir do ano subsequente ao do recebimento da última parcela decorrente da aplicação do inciso I, no mês de aniversário do servidor.

Art. 7º Na carência de disponibilidade orçamentária e financeira para a conversão das licenças-prêmio em pecúnia nas datas previstas nos arts. 5º e 6º, os pagamentos a serem adimplidos deverão obedecer à ordem cronológica da data do direito adquirido pelo servidor.

Seção IV

Do Valor e da Composição da Remuneração para Fins de Conversão

Art. 8º O valor da conversão de licença-prêmio em pecúnia é o correspondente à remuneração ou proventos do servidor no mês em que for efetivado o pagamento, observado o disposto no art. 37, XI, da Constituição Federal.

§ 1º Ficam excluídos da remuneração ou proventos o abono de permanência, substituições de cargos e funções, diferenças financeiras de meses anteriores, gratificação de férias, gratificação natalina, restituições e verbas de caráter não remuneratório.

§ 2º Sobre o valor apurado, conforme estabelecido no caput, não serão aplicados descontos, salvo disposição legal em contrário.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar correrão à conta do orçamento da ALESC.

Art. 10. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Gelson Merisio - Presidente
Deputada Dirce Heidrescheidt - Secretária
Deputado Mario Marcondes - Secretário

Lido no Expediente
Sessão de 12/05/16

JUSTIFICATIVA

A Mesa submete à apreciação dos membros desta Casa Legislativa o presente Projeto de Lei Complementar prevendo a conversão de licença-prêmio, em pecúnia, do servidor titular de cargo de provimento efetivo do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa (ALESC).

Tal medida atende à antiga reivindicação das entidades representantes dos servidores deste Poder e possui o condão de estancar o acúmulo desse passivo que tem sido largamente contestado na Justiça, em que se somam decisões favoráveis aos servidores petionários.

O pagamento da licença-prêmio previsto na presente proposta será escalonado, de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira da ALESC, de forma a não comprometer a execução orçamentária e financeira planejada e o pleno funcionamento da Casa.

Julga-se que a proposta legislativa está revestida de justiça, do ponto de vista funcional, na medida em que equipara o tratamento da licença-prêmio do servidor da ALESC ao do Poder Judiciário e ao do Tribunal de Contas do Estado e, do ponto de vista administrativo, está alinhada aos princípios constitucionais aos quais a Administração Pública obrigatoriamente se submete.

Em atendimento ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, seguem anexas (i) a estimativa do impacto orçamentário e financeiro, bem como (ii) a declaração do ordenador da despesa, neste Poder, de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Por fim, anote-se que medida semelhante já vigora no Poder Judiciário e no Tribunal de Contas do Estado, conforme estabelecido na Resolução nº 24, de 30 de abril de 2010, e na Lei Complementar nº 618, de 20 de dezembro de 2013, respectivamente.

Diante do exposto, a Mesa conta com o apoio dos Deputados com assento nesta Casa Legislativa para a aprovação deste Projeto de Lei Complementar.

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS

EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO PROJETO DE LEI Nº 0032.9/2016

"Projeto de Lei nº 0032.9/2016

Denomina Engenheiro Valdir Ruschel o trecho da Rodovia SC-355 entre os Municípios de Iomerê (Entroncamento com a Rodovia SC-464) e Treze Tílias (Entroncamento com a Rodovia SC-465).

Art. 1º Fica denominado Engenheiro Valdir Ruschel o trecho da Rodovia SC-355 entre os Municípios de Iomerê (Entroncamento com a Rodovia SC-464) e Treze Tílias (Entroncamento com a Rodovia SC-465).

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em,
Deputado Valdir Cobalchini

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 10/05/16

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 11/05/16

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 032/2016

Denomina Engenheiro Valdir Ruschel o trecho da Rodovia SC-355 entre os Municípios de Iomerê (Entroncamento com a Rodovia SC-464) e Treze Tílias (Entroncamento com a Rodovia SC-465).

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica denominado Engenheiro Valdir Ruschel o trecho da Rodovia SC-355 entre os Municípios de Iomerê (Entroncamento com a Rodovia SC-464) e Treze Tílias (Entroncamento com a Rodovia SC-465).

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 12 de maio de 2016.

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO PROJETO DE LEI Nº 0050.0/2016

O Projeto de Lei nº 0050.0/2016 passa a ter a seguinte redação:

"PROJETO DE LEI Nº 0050.0/2016

Denomina Policial Civil Carlos Roberto Bastos Miguel o Complexo da Polícia Civil, no Município de Rio do Sul.

Art. 1º Fica denominado Policial Civil Carlos Roberto Bastos Miguel o Complexo da Polícia Civil, no Município de Rio do Sul.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Sala da Comissão,

Deputado José Nei Alberton Ascari

Relator

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 11/05/16

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 11/05/16

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 050/2016

Denomina Policial Civil Carlos Roberto Bastos Miguel o Complexo da Polícia Civil, no Município de Rio do Sul.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica denominado Policial Civil Carlos Roberto Bastos Miguel o Complexo da Polícia Civil, no Município de Rio do Sul.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 12 de maio de 2016.

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 063/2016

Declara de utilidade pública o Instituto Coração Aberto, de Joinville.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Instituto Coração Aberto, com sede no Município de Joinville.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos prescritos na legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 12 de maio de 2016.

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 537/2015

Institui o Dia Estadual do Assistente Técnico Pedagógico, no Estado de Santa Catarina.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Dia Estadual do Assistente Técnico Pedagógico, a ser comemorado, anualmente, no dia 19 de setembro, no Estado de Santa Catarina.

Art. 2º A data alusiva ao Dia Estadual do Assistente Técnico Pedagógico de que trata esta Lei, passa a integrar o calendário oficial de eventos do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 11 de maio de 2016.

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 570/2015

Institui o Dia Estadual do Laçador, no Estado de Santa Catarina.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Dia Estadual do Laçador, a ser comemorado, anualmente, em 18 de maio, no Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. O Dia Estadual de que trata esta Lei passa a integrar o calendário oficial de eventos do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 12 de maio de 2016.

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***